

## CRÓNICAS DA CIDADE DE BEJA

Maria João George (1948-2006)

### I

#### Deixem respirar as árvores vermelhas!

Eram imensas, grandes, amistosas, carregadas de flores vermelhas, de ramos estendidos como se nos abraçassem, as acácias rubras da minha memória. Um mal qualquer as traz condenadas a serem vistas noutros lugares longínquos. Como me lembro delas!?

Aqui mesmo ao nosso alcance, estas, também elas generosas e femininas, foram inventadas como se azinheiras pudessem ser. Uma enorme, outra não tão grande, foram pensadas para serem vistas e tocadas, não querendo água nem cuidados. Apenas para estarem ali.

Gosto das árvores vermelhas.

Gostava de as ver logo quando saio da minha rua. Gostava de ver crianças a baloiçarem nelas.

Gostava de passear ali e ver os miúdos a correr, escondendo-se atrás delas, sem tropeçarem num bloco de pedra que atropela a calçada ou se ferirem numa esquina pontiaguda de uma caldeira de rega transformada em banco sem espaço para sentar.

Gostava de poder sentar-me finalmente no Largo de São João, sem sobressaltos.

Nada disso acontece.

Quando chego ao Largo dos Duques de Beja, vejo carros em frente ao teatro e apenas percebo estranhas formas incompletas, vermelhas e fortes, sem sentido num espaço minimizado por múltiplos obstáculos sem escala, tristes laranjeiras obrigadas a crescer fora do tempo e sem se poderem recompor nele. E, como se não bastasse, uma rua sem casas que a ladeiem, de largura propositadamente estreita, atravessa o largo que não

chega a ser; e, com mais rampas e acidentes, sem êxito, tenta evitar que os carros a percorram.

Um passa, outro passa, fazem fila em horas de ponta e fora delas; os comerciantes da zona fazem gigantescos esforços em manobras automobilísticas e lá conduzem o carro por entre os obstáculos, devagarinho, não vão furar algum pneu. Por fim invadem a calçada.

E neste tempo perdido, neste investimento desbaratado, os objectivos urbanos traçados não se alcançam. Comprometem-se, mais uma vez.

Pouco importa o vermelho das árvores, a forma delas ou até a sua presença. Ninguém as vê nem delas usufrui coisa nenhuma. Só eu porque as vejo ao longe, todos os dias, mesmo assim, para além das barreiras que lhes foram postas.

O que importa verdadeiramente é que o largo devia ter sido devolvido à cidade como um espaço aberto, capaz de fazer respirar as ruas que lhe dão acesso, deixando fluir o trânsito e, ao mesmo tempo, oferecendo-se aos cidadãos.

Teria sido tão simples!

Porque ainda é possível, deixem respirar as árvores vermelhas.

## II

### Os bancos estavam tão bem de costas voltadas

Na subida da Rua de Lisboa, mesmo na curva do passeio, ligeiramente adiante do café, lá estavam os bancos de costas voltadas para a faixa de rodagem... Numa rua de poucos transeuntes e de privilégio para os motorizados, a ideia fez-me sorrir e pensar: «Boa! Como irão as pessoas reagir?»

Poucos dias depois, numa inflamada manifestação de indignação, uma jovem citava este caso como o mau exemplo da intervenção Polis. Perante uma assembleia informal de cidadãos, com a presença de eleitos e técnicos autárquicos, tomava como afronta inqualificável a opção urbanística de «virar as costas ao trânsito», sem minimamente ter a humildade de reflectir sobre o seu significado, precisamente, naquele lugar.

Não se preocupou aquela cidadã em referir a solução urbana do traçado do passeio e do arruamento, da disciplina da implantação dos lugares para estacionamento ou dos materiais aplicados, dos lancis aos pavimentos em pedra.

Mas o que é digno de nota é nem o vereador nem os técnicos camarários presentes apresentarem argumentos a favor de qualquer das situações. Não se valorizou o que estará bem feito nem se defendeu o que foi certamente aprovado ou realizado com o beneplácito municipal.

Desta atitude envergonhada apenas resultou, dias depois, o desaparecimento dos bancos.

Hoje, como quase todos os dias, passei por ali. E lá estavam, no preciso lugar onde por poucos dias estiveram dois ou três bancos de réguas de madeira, duas carrinhas de transporte de mercadorias soberbamente estacionadas.

Quanto terá custado esta operação de faz e desfaz, considerando que os custos não se medem apenas por cifrões?

As pessoas interrogam-se muitas vezes sobre as soluções que casuisticamente são tomadas nesta cidade. E acontece que permanecem sem resposta quase sempre.

Ora, neste caso tratou-se apenas de uma situação curiosa, intrigante, até mesmo discutível; mas de uma solução que, certamente parecendo insólita, foi ditada pelo claro objectivo de impedir o acesso inadequado e perigoso por veículos motorizados, precisamente por se tratar de uma curva frente a um cruzamento irremediavelmente problemático e somente tornado seguro por um complexo sistema de sinalização de trânsito. O certo é que este caso mereceu imediata resposta do Município!

A inconsistência de algumas decisões no governo da cidade vem de onde em onde à luz do dia, tendo o projecto Polis contribuído, simultaneamente, a propósito de diferentes intervenções de diversa natureza e, por isso, com maior impacto do que em anteriores circunstâncias, para promover a sua discussão num desafio à participação dos cidadãos.

Sem premiar a asneira, o insucesso ou a imprudência de algumas situações pontuais, ao contrário de alguns, continuo a considerar que tem valido a pena a aposta no Programa Polis. Com o muito ainda que há para surgir, que, seguramente, fará também correr alguma tinta e exaltar corações, entre os prós e os contras, a intervenção do Polis traz a Beja um novo ânimo e um sopro forte de mudança.

Contrariamente a toda a expansão de nascente a poente, promovida na sua maior parte por particulares e conduzida pela Autarquia nos últimos 20 anos, onde não foi primado a qualidade urbana nem ambiental, e que nenhuma contestação consistente suscitou entre a maioria dos cidadãos – apesar da acentuada descaracterização introduzida e da carência de estruturas coerentes de equipamentos, espaços verdes e serviços no quadro do crescimento habitacional – as intervenções do Polis, pelo arrojo e quase provocação aos sentidos que em certas situações sugerem, constituem uma lufada de ar fresco que as futuras gerações compreenderão e serão capazes de aprofundar.

Para o entendermos, basta estar aberto à inovação e à linguagem da modernidade; porque a arquitectura, ao reinterpretar espaços da cidade, cimentados ao longo de décadas e de séculos, retira-lhes o essencial doutro tempo e deixa a sua marca do presente; nos espaços públicos, integra na concepção contemporânea apenas o essencial do passado e introduz formas de viver a cidade próprias do nosso tempo.

Melhor ou pior, é o que está a acontecer.  
Esta discussão leva-nos para outros lugares... para onde iremos noutra oportunidade.

### III

E a praça conquista as crianças ou o contrário?

Vejo pela primeira vez o pelourinho na sua verdadeira escala. Poisado no chão, rigorosamente. Também pela primeira vez lhe reconheço o interesse enquanto esqueço as suas conotações negativas; apesar de não ser o original, de tantos tombos que sofreu ao insistirem em mantê-lo no pedestal, passei a olhá-lo com outros olhos, à entrada da Praça, com um enquadramento perfeito de quem chega pela Rua dos Infantes.

Ao aproximar-me, num segundo olhar, chamam-me a atenção as crianças que, de trotineta e de skate, percorrem o espaço em movimentos largos. Sorrio para mim mesma, pensando: «Elas gostam!» Não se vêem ainda veículos motorizados na praça. Por ser domingo, até o estacionamento reservado à Câmara está deserto. É como se o espaço inteiro da cidade lhes pertencesse!

Olho mais atentamente e, enquanto redescubro a dimensão da Praça da República, vou observando os pormenores. E adivinho a polémica que, dias mais tarde, haveria de presenciar.

Não me revendo em muitas das críticas, não posso deixar de reconhecer as incongruências e, porventura, pressentir que várias mãos andaram por ali. Ou melhor, é patente nesta obra a preocupação em agradar a gregos e troianos, tornando incompreensíveis opções como a de manter a boca-de-incêndio de ferro fundido por pintar, adoptar novos bancos diferentes de quaisquer outros dos colocados no âmbito do mesmo programa, e até pobres no desenho e no material, tudo em contraponto com a composição da pedra do pavimento, dos bancos corridos e dos novos candeeiros. Com estes elementos em franca sintonia entre si, é discutível a manutenção dos velhos

candeeiros em ferro forjado, mas é indiscutível a vantagem da introdução dos novos candeeiros, com a singeleza do seu desenho e a luz homogénea que proporcionam.

Mais do que as preocupações saudosistas que subsistem e ainda animam as polémicas locais, é o uso da praça que me inquieta. À incerteza da boa execução dos pavimentos e da opção feita sobre o brunido (acabamento escorregadio) da pedra, aliam-se preocupações sobre a solução da drenagem, e, acima de tudo, a circulação automóvel. O problema coloca-se não apenas na supressão do estacionamento e na indisciplina do trânsito, mas também na indefinição de objectivos a este respeito, nas constantes variações de soluções e nos reflexos que inevitavelmente se traduzem já na deterioração das estruturas tão recentemente construídas.

Por outro lado e com maior gravidade – a par do mal-estar gerado entre os habituais frequentadores da Praça da República que nela agora ainda se não reconhecem – persiste uma generalizada ignorância sobre o que efectivamente o Município pensa para o centro da cidade.

A Praça da República ainda é o lugar nobre de Beja. A par do Museu, é a sua «sala de visitas». E deverá continuar a sê-lo, naturalmente. Correctamente, o Programa Polis veio possibilitar o alargamento desse espaço nobre a largos, praças e ruas na envolvente; em breve, a Rua do Sembrano irá certamente contribuir positivamente para isso...

Faz todo o sentido considerar que, cada vez mais, o centro tem de ser pensado como um conjunto de espaços e de percursos organizados em função das necessidades de vivência urbana dos cidadãos e não exclusivamente em função da circulação automóvel. Relações de vizinhança, serviços de proximidade, conforto urbano, segurança, são atributos indispensáveis no conceito de vida no centro histórico.

No entanto, as características que tornam únicos estes lugares e que são a sua mais-valia só podem ser usufruídas se os poderes públicos agirem em três direcções concretas, de forma determinada: disciplinando o trânsito automóvel e criando oportunidades de estacionamento próximas e em quantidade, sem recurso generalizado a pagamento obrigatório; à semelhança da prática existente noutros municípios, intervindo ao nível da reabilitação coerciva de edifícios degradados e devolutos, criando, junto dos proprietários, incentivos à sua ocupação habitacional; e ainda, num quadro de um programa municipal de reabilitação urbana coerente, promovendo e concretizando políticas de apoio específico à instalação de serviços de proximidade e ao comércio local.

A zona da Praça da República vem já sendo tema de discussão há muitos anos. Até há pouco tempo porque nada se fazia. Agora, porque apesar do tempo para planear, projectar e fazer, ainda não se fez bem feito. E os cidadãos, que diariamente vêm

desaparecer mais um estabelecimento comercial, mais um vizinho sem substituto, temem que em pouco tempo já nem valha a pena esperar dias melhores. Há muito que a padaria deu lugar ao pronto-a-vestir e as mercearias e o lugar da fruta (o melhor da cidade noutra tempo) simplesmente fecharam portas. Cruzo-me na rua com um vizinho, uma outra vizinha: lamentam-se por, dia após dia, perderem clientela: «Isto está morto: as pessoas não têm onde estacionar ou não têm dinheiro para gastar.» A esperança de planos de dinamização comercial já se dissipou e o ciclo da desesperança está instalado. Pouco a pouco, viver e trabalhar no centro histórico vai deixando de ser um privilégio para ser um pesadelo.

Apenas as crianças das ruas próximas se mantêm alheias a tudo isto. E, aos domingos ou em dias de escola, lá estão elas, faça frio ou esteja aquele sol de Inverno que só aqui existe, correndo e rodopiando, apropriando-se entusiasticamente do espaço.

Só não sei por quanto tempo mais...

#### IV

##### Parar para reflectir

Verdadeiramente, era só de nome... Jardim Miguel Fernandes. Não me lembro de ver pessoas, velhas ou novas, sentadas à sombra das árvores, porventura altas demais ou esguias ou desnudadas ou por qualquer outra razão... pouco amistosas. Talvez fossem, apenas, boas de ver para quem ali passava – na rua ou no passeio, à volta, raramente através, para evitar as subidas e descidas. Não sei bem porquê.

Só há pouco tempo pude observar o espaço do que foi o Jardim Miguel Fernandes na sua plenitude. Visto de cima, observei-o, desvendado na sua história remota. Olhando em volta, os prédios assumiam uma outra escala – a parte alta da cidade com os seus nobres edifícios, torres e lanternins, o Arco dos Prazeres, marco da entrada nas muralhas da Cidade. Tranquilizei o olhar a Sul, na planície distante, para além dos telhados e terraços de prédios novos à procura de identidade. A ponte, a Rua de Lisboa, renovada e valorizada na intervenção discreta no espaço público, faz à primeira vista imaginar que também ali algo de bom pode vir a acontecer.

Olhando mais atentamente, no fosso enorme em escavação, percebem-se os sítios onde a escavação se faz à mão, cuidadosamente, num trabalho de investigação arqueológica e pesquisa sobre um mundo que morreu muitos séculos atrás. Com atenção,

percebe-se ainda que é condicionado o acesso às máquinas. De tal modo, que, progressivamente, nos damos conta que algo muito importante está ali a acontecer.

Já não importam as memórias do Jardim dos nossos tempos recentes. Já pouco nos diz o parque de estacionamento anunciado e a imagem gelada e virtual do seu projecto. Naquele lugar estão concentradas memórias repetidas e insistentes do que foi a vida dos homens doutro tempo. E assim se sucedem os registos, as medições, as fotografias, os apontamentos – para entusiasmo de arqueólogos e inquietação de políticos e construtores que não vêem o fim a tanta pesquisa.

Ao contrário do que acontece em países desenvolvidos, o projecto foi feito, contratado, concebido e desenvolvido sem se saber ao certo o que se iria encontrar. As sondagens preventivas, realizadas em 2002 por uma empresa especializada, situaram-se na zona do jardim e identificaram como única estrutura de referência uma condução de águas pluviais... Apesar de, segundo o respectivo relatório, toda a área ser local de «possível existência de vestígios arqueológicos»<sup>1</sup>, só em 2003, já no âmbito do Programa Polis, nova intervenção numa zona marginal e cobrindo uma pequena parte da extensão a escavar identificou 60 silos<sup>2</sup> dos quais ainda pouco mais de metade estava estudada no final de 2003 e que, na sua extensão, permitirá avaliar o significado no contexto da história da cidade.

Resultado – obra adjudicada e obra parada!

As sondagens arqueológicas não faziam prever uma tão grande concentração de vestígios da passagem do homem por aquele preciso lugar. Mas, uma vez obtidos os resultados das primeiras escavações, qualquer atitude de bom senso, e já nem digo bom gosto, aconselharia técnicos e políticos a parar para reflectir.

O certo é que o relógio digital continua o seu destino de contar o tempo até à meta antecipadamente definida. Teimosamente, os decisores políticos persistem no erro de manter inalterável um projecto que vai arrasar em vez de integrar. Desnecessariamente, até porque o compasso de espera forçado pelos trabalhos de arqueologia teria sido tempo bastante para rever soluções e equacionar alternativas, preservando o sítio por mera alteração de cotas por exemplo, sem comprometer o objectivo principal da intervenção que não é mais do que construir um parque de estacionamento.

Que não haja dúvidas – um parque de estacionamento, neste local, é obviamente necessário, e a decisão de o concretizar, uma medida acertada: beneficiando da centralidade indispensável ao conforto e bem-estar dos cidadãos, esta obra interessa ainda à actividade comercial que importa revitalizar. Mas tal não inviabiliza as críticas ao modo como está a ser realizado. Pelo contrário!

Para o arquitecto, estou certa, seria um desafio procurar a alternativa sem prejudicar os seus princípios conceptuais. Para os políticos teria sido uma oportunidade. Para os gestores financeiros uma dor de cabeça menor. Para os empreiteiros, um processo mais claro e transparente.

A opção tomada acaba por ser a pior possível. Contrariando qualquer opção de salvaguarda e valorização, o *bulldozer* tomará conta do assunto. E o projecto, por muito bom que certamente seja na sua contemporaneidade, deixará para sempre dúvidas sobre se não poderia ter sido diferente.

A insuficiência de divulgação antecipada de toda a intervenção, e do consequente debate alargado em torno da proposta aprovada, não isenta de responsabilidades o executivo municipal no seu conjunto. Ao inviabilizar que surgissem críticas, minimizando a discussão pública do projecto de forma atempada (e, daí, construtivas), inviabilizou definitivamente que pudessem surgir alternativas.

Agora resta exigir do município a afectação de um espaço expositivo permanente do espólio recolhido, com uma completa descrição do que foi adquirido para a história da cidade, não apenas neste lugar, mas também da Praça da República, na Praça Diogo Fernandes, no Largo da Ermida de Santo André e na Rua de Lisboa<sup>3</sup>.

Será ainda possível?

Provavelmente, quem quiser saber como foi que tudo aconteceu terá de esperar pelo momento oportuno para que uma publicação científica sobre o assunto esteja acessível numa biblioteca da especialidade...

Notas:

<sup>1</sup> Referência ao Relatório final da Degebe (entidade encarregada das sondagens preventivas em 2002) constante do Relatório da Crivarque – estudos de impacte geo-arqueológicos Lda., responsável pelas Intervenções Arqueológicas no Projecto BejaPolis.

<sup>2</sup> Segundo o estudo da Crivarque, já divulgado, «A localização dos silos, num espaço exterior ao recinto fortificado da cidade, poderá ser factor indicativo da sua época de realização.» Podendo «ter sido realizados num período de estabilidade, quando já não existiam necessidades de cariz defensivo da cidade e dos bens de primeira necessidade (como os alimentícios), que ficavam armazenados nos silos, num local de entrada (...) e muito perto dos campos de cereais que circundam a cidade de Beja».

<sup>3</sup> A obra programada para o «museu do sítio» na Rua do Sembrano, irá presumivelmente acolher e expor o espólio recolhido no Largo de São João e na Travessa do Cepo.



V

Quando se faz bem

No princípio foram as rotundas... com a arte por homenagem: a primeira transformou o cruzamento de ligação de Beja para Ferreira, para Portel e para a Margem Esquerda – Serpa e Moura.

Já dentro da cidade, a segunda e a terceira, quase simultâneas, no acesso ao centro. Qualquer delas mereceu uma escultura, para sinal do tempo; as duas primeiras homenageiam Jorge Vieira no seu olhar sobre a resistência, capaz de romper as algemas ou o grito da liberdade; outra, a terceira, de Sousa Lara, exhibe um peão gigante com fantasias cósmicas.

E, para equilibrar os gostos pelo ferro e outros metais, surge então a quarta rotunda urbana, com uma fonte de azulejos vítreos em forma de taça ornada de cores e animais grotescos.

Uma quinta rotunda de enormes proporções veio entretanto substituir o cruzamento de morte certa que dava acesso à estrada para Aljustrel. Já lá vai um tempo largo. Inacabada e aparentemente esquecida na sua sublime missão de obrigar os automobilistas a circular devagar e com cuidado, chama a atenção para a pequena palmeira que ali cresce ainda, certamente por acaso, entre cascalho e torrões de terra ressequida.

Tanto esforço ainda deu para uma pequeníssima rotunda que mal sobressai do pavimento em plena baixa da cidade, quase à entrada das Portas de Mértola. De todas é a mais engraçada! E não deixa de ser eficaz.

A história das rotundas que progressivamente foram perdendo energia parece acabar o capítulo no cruzamento para as Neves, onde durante muito tempo apenas existiu o desenho. Como a experiência terá sido boa para treino dos cidadãos automobilistas, logo foi seguido o método de marcação da circulação com rotundas e triângulos no caminho para Estação.

Mas eis que chega o Programa Polis e o desassossego rodoviário retoma a actividade normal.

Com felizes momentos aqui e ali, eis-nos perante uma dessas situações cuja visibilidade pública se anuncia: a nova imagem da entrada em Beja pela Rua de Lisboa, a envolvente da segunda rotunda e o largo da ermida de Santo André.

O que está já à vista faz antever um bom trabalho de paisagismo, uma solução efectivamente digna da principal entrada da cidade, motivo por tanto tempo de tanta insatisfação de muitos amigos desta cidade.

Falta agora olhar plenamente os novos espaços urbanos ou os velhos espaços recriados e vivê-los doutro modo, assumindo a proximidade do cemitério num novo contexto em que tudo o mais que é vida se sobrepõe. Então – oxalá! – possamos dizer que sabe bem dizer bem quando se faz bem!

## VI

### O jardim voltará à cidade

É larga a vista e amplas as perspectivas.

As árvores e arbustos do velho «Jardim do Bacalhau» deixaram de estar ali encobrindo quem está... E isso faz falta.

A nitidez da arquitectura e as árvores esbeltas salvaguardadas do abate conferem ao espaço do jardim uma nudez que magoa neste Inverno e preocupa no Verão com a torreira do sol que se anuncia. Faltam sombras.

Nada está a mais no novo jardim.

Recordo a sensação de falta da minha primeira visita ao Jardim do Tribunal quando lhe foram arrancadas as árvores e a calçada substituiu os velhos caminhos de saibro. Hoje passo por lá ou sento-me na esplanada (que noutro tempo não havia como agora) e interrogo-me: como posso ter sentido aquele vazio? As árvores cresceram; em poucos anos as sombras e o intimismo de outrora ressurgiram no jardim renovado.

Será assim no «Jardim do Bacalhau», na Praça Diogo Gouveia, melhor dizendo. Curiosamente, o sítio terá perdido o jardim mas recuperou a praça. A pedra nos pavimentos, o perfeito desenho das escadas e dos vários pormenores, a correcta posição dos bancos, tudo foi pensado cuidadosamente.

No entanto, a má utilização de uma zona da praça, durante o Natal, chamou a atenção para o que ficou a faltar. O equipamento e mobiliário urbano ali colocados fora do quadro do projecto e sem articulação com ele – placares, letreiros, venda ambulante sem infra-estrutura adequada – questionam não apenas a omissão de aspectos significativos no projecto, mas, principalmente, reflectem a incapacidade que o município manifesta para gerir o que produz ou o que lhe foi proporcionado fazer. Não porque não devam ali estar tendas e *roulottes* ou o vendedor de castanhas... Não porque o espaço da

praça não suporte uma feira ou um arraial, um mercado ou um mastro. Bem pelo contrário! Mas, muito simplesmente e apenas, tudo isso deve ser feito adequadamente, sem destruir o que está e custou a ser feito, no interesse das pessoas, com conforto e condições de manutenção, valorizando a própria autarquia.

Foi também o que esta não soube fazer ao não prever no conjunto do investimento naquele lugar a valorização do espaço da esplanada e do próprio café: pintado por fora, por dentro, tudo ficou na mesma; nem as cores se conjugam nem o ambiente melhora ou actualiza; até mesmo o mobiliário da esplanada nem sequer cumpre as regras a que outros locais próximos se aplicam. Falta, falta ainda alguma coisa de novo no novo «Jardim do Bacalhau»!

Vi há dias, em pleno sol de Inverno, um grupinho a jogar às damas num banco de pedra. Cheirava a castanhas assadas; reparei que o carrinho era novo. Ainda há quem acredite que vale a pena arriscar. E pensei: «O jardim está ressuscitado... Com o tempo vai lá!»

Apenas a esplanada continuava deserta. Talvez por ser manhã ainda?!

Quer queiramos quer não, as principais críticas centram-se no edifício... com a sua nova pele de aço sobre a parede alaranjada. Mascarado ou não, digamos que o café resiste, tal como era, à profunda revolução operada na envolvente. Não me incomoda a cor, antes pelo contrário: ela confere àquele lugar uma luz particular; não me incomoda a malha de guerreiro, que disfarça maneirismos ao mesmo tempo que protege o interior de todos os excessos – do sol e dos visitantes indesejados (perguntem ao proprietário se gosta!); já não simpatizo com a ligação aos novos e indispensáveis sanitários públicos. O lago parece resultar e, *mea culpa mea culpa*, se duvidei!

Amigos que muito prezo e que partilham as mesmas preocupações sobre a cidade, desta vez, censuram o meu gosto pela nova Praça Diogo Gouveia. Mas, se vivessem a experiência de quem de manhã atravessa a pista de obstáculos em que se tornou o Largo de São João e, ao chegar de respiração suspensa ao cimo da Rua Brito Camacho, olhassem na direcção do jardim e vissem a copa das árvores, semi-nuas ainda pelo Inverno, e, mais além, a cidade estendida à planície, pensariam diferentemente.

Apesar dos passeios exíguos, escorregadios na sua calçada polida pelo uso e falta de conservação, apetece correr em direcção ao espaço da praça que nos recebe de braços abertos entre a Rua do Capitão e a Rua da Liberdade; enquanto, do lado de baixo, a pedra regular da escadaria bem dimensionada e o passeio de largura confortável já nos fazem esquecer as barreiras inseguras, as árvores tombadas e o ínfimo passeio.

Decididamente, eu acredito que acabaremos por ter a praça e o jardim... com o tempo.

## VII

O estacionamento, pretexto para falar de outras coisas...

Falar sobre estacionamento em Beja significa protestar. Protesto porque não há onde; protesto porque só pagando há hipótese; protesto porque mesmo assim sai caro e é insuficiente; protesto porque ter cartão de residente não garante lugar; protesto porque afasta clientela e destrói o comércio local; protesto porque é longe do destino; protesto porque condiciona o tempo de toda a gente.

A disponibilidade de espaços para estacionamento não é um problema em si mesmo, mas é um problema transversal a uma política para a cidade que põe em confronto modos de vida, qualidade do serviço público da autarquia e níveis de conforto para os cidadãos no mundo de hoje.

Não estão apenas em causa preocupações revivalistas do centro histórico, mas a preservação dos seus espaços e a segurança das estruturas que o compõem, definem e suportam. As medidas que conduzem à libertação do centro histórico de veículos motorizados pressupõem ideias seguras e claras sobre o que se pretende que ele seja.

Não faz, por isso, sentido promover um plano especial de trânsito que não equacione, desde logo, uma ideia para a cidade. Alguns anos passados sobre a aprovação de um Plano Director de Trânsito, reconhece-se-lhe o mérito relativo que teve de obrigar a uma reflexão mais ampla sobre os fluxos urbanos motorizados e a conclusão sobre a necessidade de reduzir o trânsito dentro das muralhas, privilegiando os residentes (embora, não se compreendendo bem porquê, os comerciantes locais não tenham sido incluídos na mesma categoria) e apontando a criação de áreas próprias, construídas propositadamente para estacionamento, na periferia imediata. O primeiro caso nestas condições foi o estacionamento frente aos Correios e junto à Casa da Cultura. Incluindo a zona do museu e da Praça da República, os restantes lugares de estacionamento, situados na segunda linha de cintura da cidade, corresponderam à reorganização de parqueamentos pré-existentes, entretanto munidos de parquímetros.

À parte algumas polémicas sobre as vantagens e desvantagens do estacionamento pago ou outras decorrentes de protestos de comerciantes quer na zona das Portas de Mértola e da Praça Diogo Fernandes quer na zona da Rua das Lojas e Praça da República, pouco ou nada evoluíram as soluções encontradas, muitas vezes contrariando o dito Plano aprovado pelo Município.

A realização das obras do programa BejaPolis veio obviamente gerar mais dificuldades e limitações ao trânsito e ao estacionamento na zona central da cidade. O seu

carácter temporário não pode, porém, servir de desculpa à persistência dos problemas que, na sua abrangência, exigem, com cada vez mais premência, medidas estruturais integradas, que compreendam como objectivo central a valorização económica do centro histórico, e não o abandono sistémico deste.

Hoje em dia, os limites da cidade são cada vez menos precisos, tendo, nos últimos vinte anos, o conceito de cidade sido alargado muito para além das muralhas do seu centro histórico, das suas ancestrais portas de entrada ou dos perímetros urbanos mais ou menos rígidos definidos em sucessivos planos de urbanização, devendo estender-se até, na minha perspectiva, a algumas sedes de freguesia rurais.

A cidade foi crescendo, fisicamente, em anéis concêntricos pouco estruturados, de forma desconexa, seguindo dinâmicas diversas, quase sempre ditadas por intervenções pontuais em função da disponibilidade em terrenos ou da estrutura fundiária em concreto; a iniciativa pública, privada ou cooperativa, que por si só poderia constituir factor de diversidade positiva e criativa, apesar da oportunidade para tal, só individualmente soube traduzir-se em projectos de referência. A oportunidade de projectar uma cidade nova foi desperdiçada.

A expansão urbana conseguida, porque não assente em estratégias de crescimento articulado em redes de centros urbanos complementares e dinâmicos, criou a cidade que temos: centrada sobre si mesma, num centro histórico em degradação económica, desvitalizado e amordaçado na sua reabilitação possível; polarizada em equipamentos e serviços dispersos; estendida em grandes áreas de ocupação habitacional sem serviços de proximidade projectados de forma coerente ou intencional – incapaz de permitir o fluxo de veículos e de pessoas, mantendo ou recriando vizinhanças urbanas como só em cidades pensadas para as pessoas é possível reproduzir.

A prioridade atribuída à instalação de grandes superfícies em concorrência entre si esmagou o comércio local em que a economia urbana assentava e gerou fluxos urbanos novos. Se, para alguns, estas opções constituíram um benefício para a cidade, por acentuar a sua centralidade em relação aos concelhos limítrofes, a verdade é que o mesmo efeito teria sido obtido se se tivesse atendido a diferentes critérios de localização, pensando em primeiro lugar em Beja e nos seus cidadãos.

A questão do estacionamento ou da falta dele não é um problema em si próprio: é apenas uma parte do problema.

A tendência enraizada nas mentes iluminadas dos políticos que dirigem, anos seguidos, esta cidade (sem referir maiorias ou minorias, porque nada nos diz que seria melhor se maiorias e minorias se invertessem), para enfrentar os problemas da cidade apenas sectorialmente, tornou-os incapazes de visões integradas e globais.

O medo, próprio do poder, de perder o poder pelo exercício da democracia participativa, justifica o progressivo desacerto nas decisões tomadas, quase sempre geradas de forma casuística e em função da oportunidade com que surgem.

De pouco têm servido planos estratégicos e planos directores, que na sua imperfeição ignoram as pessoas e a sua capacidade, como cidadãos, para participar civicamente na discussão das questões de que são necessariamente protagonistas<sup>1</sup>.

Discutir o estacionamento, a implementação do BejaPolis, o comércio local ou ainda «o triângulo do desenvolvimento» é pretexto para pensar a cidade que temos. Será tanto mais importante quanto possa conduzir a identificar a cidade que queremos ter.

<sup>1</sup> A tentativa de suprir esta falha traduzida recentemente no processo de acompanhamento do Plano Director de Ambiente para o concelho, que no quadro de legislação recente sobre planos de ordenamento do território mobiliza a participação de entidades várias, põe também em evidência erros perpetuados durante décadas, ao mesmo tempo que alerta para a indispensabilidade de novas estratégias na abordagem das questões urbanas.

## VIII

### Deslizar pela cidade a um metro do chão

As cidades podem observar-se de várias perspectivas, pontos de vista ou ângulos visuais.

Só há bem pouco tempo percorri a cidade em diferentes direcções, muitas vezes dando a volta e voltando ao mesmo sítio em menos de uma hora, sentada a um metro do chão.

Sentada num pequeno autocarro da Urbana, a experiência foi interessante... As ruas pareciam mais estreitas, os prédios mais baixos, e a calçada de cubos ou o asfalto mal se sentiam no deslizar tranquilo do autocarro. Tive sorte no dia: o sol das nove horas da manhã invadia a cidade daquela luz suave da Primavera que contraria os frios do Inverno ainda tão próximos. A um metro do chão a gente vê mais longe, as perspectivas entre prédios penetram nos campos que ondulam, distantes. E a limpidez da manhã permite ainda distinguir aglomerados de casas, que tanto podem ser lugares, aldeias, uma vila maior ou, até, outro lado da cidade.

A viagem de autocarro, curta em distância, foi longa demais comparada com o meu caminhar habitual entre o Largo de São João e Rua Zeca Afonso – melhor chamada seria se fosse avenida...

Mais do que um percurso diário entre casa e trabalho, foi um passeio pela cidade, que, da rodoviária ao bairro João Barbeiro, do Centro de Saúde ao Hospital, me mostrou um importante serviço urbano no quotidiano de muitas cidadãs. E digo assim porque a maioria dos utentes são mulheres: donas de casa que vão às compras, jovens estudantes algumas, de meia-idade a maior parte. Elas entram no autocarro, dirigem-se ao motorista pelo nome, cumprimentam-se umas às outras e dão sequência à conversa interrompida na paragem anterior. Despedem-se ao tocar a campainha ou na descida... «Até amanhã!»

Mais do que transporte público, estes veículos deslizantes são um extraordinário meio de socialização e de convivência urbana! Quando me sobrar tempo, da próxima vez, irei de autocarro para o trabalho.

Existem, certamente, deficiências. Os trajectos nem sempre são coerentes e nem mesmo alternativos a alguns percursos pedestres; não cobrem todas as áreas que deveriam servir: a cidade não acaba no Melius nem na curva da estação... No entanto, é indiscutível a necessidade deste serviço e do investimento no seu aperfeiçoamento também, se se quiser fazer dele verdadeira alternativa de acesso na cidade ou mesmo um meio de transporte turístico regular.

Os anos que decorreram sobre a implementação dos primeiros autocarros urbanos justificam a auscultação da opinião pública sobre a sua valia, acompanhada da consequente interpretação sociológica. Os decisores públicos não devem recear a avaliação das suas decisões ou a sua actualização – deveriam ser os primeiros a promover a auto-avaliação, com regularidade e em intervalos temporais sustentáveis.

Se não é aceitável o faz e desfaz a que temos assistido com frequência, em compensação, alterar uma decisão não será errado quando comprovado o erro. Em aspectos da gestão da cidade, se, passado um tempo de experiência razoável sobre uma decisão tomada, ela se mostrar inadequada aos interesse da cidade (e não propriamente dum grupo corporativo de interesses), desfazer pode representar fazer melhor.

Esta nota final tem a ver com muito do que foi dito neste espaço, em crónicas anteriores, e, ao contrário do que possa parecer, o tema pode conduzir a outras abordagens sobre a nossa Cidade... Até onde deslizar a um metro do chão?

## Que fazer da Praça da República?

Numa segunda ronda pelos principais espaços da intervenção do Polis, a Praça da República, mesmo sem querer, é tema recorrente.

À medida que o tempo passa sobre a obra acabada, não resisto a interrogar-me como vai ser agora este espaço renovado, mas quase deserto de gente, o mais frio da cidade e também o mais quente, como dizem.

Não pensemos nas obras que foram feitas ou como poderiam ter sido. Procuremos antes rentabilizar o investimento, testar o que está feito, permitindo que o uso da praça traga os ensinamentos necessários a torná-la melhor num futuro próximo.

A verdade é que a cada dia que passa constatamos que mais algo se afasta da Praça da República. A loja de fotocópias foi a primeira a procurar clientela noutra lugar, afastando consigo os que ali a procuravam. Depois, a farmácia... Que se seguirá? Talvez a Repartição de Finanças... ou a Escola Bento de Jesus Caraça, ou a Companhia de Seguros, ou, quem sabe, a sede do PSD. Vão restando apenas instituições oficiais e serviços que, tal como os Serviços Municipalizados, se deslocam para as Portas de Mértola ou, simplesmente, se aproximam dos lugares onde existem pessoas.

É precisamente neste ponto que cabe ao Município o papel decisivo de não deixar morrer a Praça da República e justificar o investimento que ali realizou – mal ou bem, pouco importa, pois nunca 100 por cento dos cidadãos se dará por satisfeito.

Lembro-me duma viagem que fiz há alguns anos atrás, bem longe, imaginem, à Cidade do Cabo. No centro da cidade velha, uma antiga praça principal, em pleno domingo, transfigurava-se por completo em mercado. Desde manhã cedo, as tendinhas amontoavam-se e preenchiam todos os recantos, mal deixando perceber os belíssimos edifícios que a modelavam. Até perto das quatro da tarde, as pessoas apinhavam-se nas ruelas «desmontáveis», comprando antiguidades, especiarias e artesanato, frutas e doces, enquanto as flores naturais faziam pairar no ar uma profusão de aromas. Quando, ao princípio da noite, procurava um restaurante para jantar, na mesma praça, ela estava irreconhecível: limpa, iluminada, tranquila; uma esplanada ou outra prolongava o espaço do interior, enquanto os edifícios públicos se distinguiam pela sua arquitectura.

Dando mostras de um serviço público impecável, este pequeno exemplo que vem de fora, não sendo original, prova que é possível, por vontade autárquica, transformar os espaços da cidade, criando ambientes urbanos diversificados e atraentes, não apenas pela sua arquitectura, mas pela qualidade da oferta e pela operacionalidade dos serviços prestados.



Ainda que provocando acontecimentos novos, é preciso criar o hábito de ir à Praça da República; faça frio, como em Roma ou em Dublin, onde os aquecedores a gás nas esplanadas confortam no Inverno, faça o calor abrasador do Verão, onde a presença de água em movimento ou o ensombramento com toldos e chapéus-de-sol proporcionaria um dia ou uma tarde bem passados. E, porque não, uma feira do livro, um teatro de rua, um concerto ao ar livre com carácter regular? Ou apenas um espaço de conversa?

Deixo apenas ideias e um desafio à imaginação de todos nós.

## X

### Fazer do centro alternativa para viver

Uma conversa entre amigos e um encontro ocasional com um desconhecido suscitam-me a pausa na ronda das realizações pontuais do BejaPolis.

Alguém me diz: «A verdadeira realização do Polis poderá vira a ser o Parque ambiental ao longo da variante.» Um jovem, que me aborda sem me conhecer e me diz rever-se nas minhas preocupações sobre a dinamização da Praça da República, acrescenta um pormenor muito importante: «Eu disse o mesmo numa carta que enderecei à Câmara, mas não tive resposta. Ainda bem que vem a público, porque talvez provoque uma reacção!»

Duas questões só aparentemente não relacionadas com o tema.

Ao ser anunciado, o Programa Polis teve amplo acolhimento. O facto de ser protagonizado no terreno pela Parque Expo deixou a expectativa de uma intervenção de qualidade, rigor e operacionalidade, associando uma visão de modernidade que à maioria de nós foi deixada pela Expo 98. Localmente, a auto-estima dos cidadãos sentiu-se, naturalmente, elevada. E a perspectiva de renovação e progresso chegou às pessoas.

No entanto, a Parque Expo que realizou a grande exposição internacional de Lisboa é a mesma entidade que gere hoje o Parque das Nações. E isto talvez possa dizer alguma coisa. Conceber e pôr de pé um espaço novo, temporário e grandioso, num ambiente degradado e decadente é uma intervenção profundamente distinta da intervenção no espaço urbano consolidado de uma cidade. Mesmo que abandonado ou envelhecido, fora de moda ou mal usado, o centro histórico é sempre um «cadinho» de vivências, lugar de emoções urbanas que exigem especiais cuidados no trato.

A falta de senso ou a procura do efeito fácil e a precária noção de escala nalgumas situações pontuais prejudicaram efectivamente os resultados duma operação que, em cidades como Guimarães e outras, foram ou estão a ser exemplares.

Acrescida pelo permanente incómodo que as obras sempre causam, a deficiente campanha de *marketing* do projecto em Beja justifica em parte o presente descontentamento, tão generalizado entre os cidadãos.

A Expo 98 gozou de um conjunto de acções promocionais que a tornaram inigualável. Durante um período de tempo pré-determinado, realizou-se um acontecimento de excepção. As obras constituíram em si mesmas um processo espectacular.

Faltou tudo isso no processo empreendido pela Câmara Municipal no BejaPolis.

A intervenção no centro histórico de Beja é um desígnio sensível que se arrasta com muitas dificuldades desde o final da década de 1970, sujeito a permanentes começos e recomeços, hesitações e justificações. Muitos dos obstáculos à concretização cabal de projectos perspectivados há 25 anos atrás, como, por exemplo, o da Rua Capitão Francisco de Sousa e Rua do Sembrano, incluindo a libertação da muralha e a valorização da galeria entre as duas ruas, têm certamente a ver com falta de financiamentos, mas em muito se viram prejudicados por interesses fundiários e falta de determinação política. Retomam-se agora, através do Polis, alguns desses objectivos, naturalmente com diferentes abordagens. O que cumpre dizer é que houve tempo bastante para estudar convenientemente as soluções, houve tempo suficiente para auscultar os cidadãos e os confrontar com propostas conceptuais avançadas e modernas; houve oportunidades perdidas para expropriar e momentos oportunos para negociar com proprietários.

O aspecto focado pelo jovem que me abordou centra-se na questão da informação ou da falta dela, do direito a resposta, do reconhecimento do desejo de participação dos cidadãos.

Não se trata de discutir gostos ou opções estéticas. Seria impossível agradar a toda a gente e tomara que 51% esteja contente, daqui a alguns meses, passado algum tempo sobre as mudanças mais significativas. É convictamente que afirmo quanto é importante marcar na nossa cidade a contemporaneidade da arquitectura portuguesa. Como outros o fizeram antes, ao longo de séculos. E esta convicção não é nem popular nem consensual quando se trata do centro histórico.

No entanto, ao contrário do que alguns também afirmam, não é a arquitectura que afasta as pessoas do coração da cidade. É, sim, a falta de oportunidades. A falta de fazer do centro histórico uma alternativa para viver e para conviver.

## XI

Em dez minutos apenas...

1. Chegando ao Largo de Santa Maria, como todos os dias, passado o videoclube, tomo um café, apressado, ao balcão. Estou atrasada e dirijo-me à Rua Brito Camacho. Atravesso o Largo de São João e, por pouco, não tropeço na pedra colocada no passeio para atrapalhar os automóveis mas que, afinal, me atrapalha a mim. Desvio-me para não escorregar e quase me esfolo na aresta de pedra da caldeira de rega transformada em banco, vitimada por «imposições do IPPAR» que a elevaram do chão, onde seria o seu lugar. Na contradança, piso a lombada da rua e quase me deixo atropelar. Respiro fundo e olho em volta.

Pouco mais adiante, dois carros de um lado, três doutro, ignorando obstáculos, estacionam, descarregam ou carregam mobílias e mercadorias, tranquilamente. O meu olhar repousa na linha de pedra brunida apontada ao arco da Travessa do Cepo... Tenho que passar por ali... Mais tarde, penso para mim.

Desta vez não há tempo e sigo a direito, atravesso o «Jardim do Bacalhau», dou pela escultura de Jorge Vieira que me parece mais pequena. Mas já se vai fazendo tarde e sigo caminho. Sem correr, em dez minutos estaria na Rua Zeca Afonso. Mais devagar, mesmo assim, passo ao lado do Jardim da Praça do Ultramar que foi arranjado faz pouco tempo.

Reduzo o ritmo, pois é agradável atravessar logo de manhã a cidade, a pé. Já na Rua de Angola, ergo o olhar e acompanho o muro da escadaria daquela que foi uma escola, projectada pouco depois de 1975 como um espaço especial para crianças com deficiências auditivas, agora transformada em Tribunal Administrativo; não resisto a recordar o dia da inauguração, provavelmente a primeira de entre as várias que as múltiplas vocações por que passou devem ter justificado.

Por razões de planeamento educativo que desconheço, foi decidido centralmente construir uma escola de ensino especial particularmente dedicada a crianças surdas-mudas. A localização no logradouro comum de uma escola normal tinha por objectivo fazer interagir as crianças de um e outro estabelecimento, num esforço para romper as barreiras da comunicação. O presidente da Câmara de então, José Colaço, explicava com entusiasmo, como sempre falava dos projectos que promovia, o vanguardismo da ideia, enquanto os arquitectos, Alberto Oliveira e Jorge Farelo Pinto, meus companheiros de contestação universitária poucos anos antes, justificavam o significado da forma convexa

nos espaços e o seu efeito pedagógico na repercussão dos sons no interior do edifício! Tudo isto baseado em estudos cuidados de acústica e com o apoio de especialistas e psicólogos... Outra novidade do edifício foi ser construído em cimento branco e introduzir, no seu conjunto, um conceito de logradouro de escola aberto, sem grades nem muros. Projectado e construído num tempo ainda com poucas crianças para albergar, todas as intenções da sua concepção foram perdendo sentido, tantas foram entretanto as adaptações a outros fins, com diferentes protagonismos. E eu interrogo-me, sinceramente, como se sentirão agora lá os juízes, num espaço tão pouco cartesiano?

Quase nem olho agora o jardim dos namorados... mas tenho tempo bastante para ver como é bonito; e quanto, no seu ar romântico, esconde alguma decadência... Terei de me demorar mais de uma próxima vez... Com o reconfortante sol luminoso da manhã, num instante percorro a Rua de São Tomé.

Depressa chegaria a hora do regresso... à cidade.

2. Há bem pouco tempo era assim. Sair do centro histórico era como que sair da cidade. Em menos de dez minutos.

O fim da tarde traz uma luminosidade diferente: os muros são menos brancos e o ar mais pesado. Sente-se o cheiro dos escapes dos automóveis e, mesmo assim, apesar da subida, vale a pena fazer o percurso a pé. (Procuro animar-me por não ter arranjado boleia até às Portas de Mértola...)

Desta vez tomo todos os atalhos possíveis para chegar depressa a casa. Apesar disso, não deixo de deitar um olhar triste à casa magnífica que terá sido aquela que marca a Praça Diogo Fernandes – ocupada e desocupada, vendida para estalagem que nunca passou do papel, objecto de obras tímidas que apenas lhe lavaram a face. Lá funcionou a sede dos sindicatos e a Cooperativa de Consumo Proletário Alentejano, nos primeiros anos do 25 de Abril. Agora, no pequeno terraço coberto da fachada lateral, dois cães disputam o espaço para se estenderem preguiçosamente ao sol.

Passo na esplanada do jardim e resisto ao cheiro dos caracóis...

Estou já a meio da Rua Brito Camacho e deparo com um casal de jovens entrelaçados num beijo que resiste ao incómodo do reduzido assento de pedra – caldeira de rega mascarada de banco. Ali mesmo, no eixo da rua, como um quadro, o casal de apaixonados emoldurado pelos edifícios, com a tímida laranjeira por trás... Óptima imagem para propaganda da Câmara e da sua obra no Largo São João!

Obviamente, desvio o olhar conforme me aproximo. Observo então, já sem pressa, como é bonito o conjunto dos edifícios do gaveto ao arco, deste à varanda do clube. Degradados e imponentes. Decisivamente, o melhor ângulo do Largo de São João!

É preciso salvaguardá-lo!

Esqueço-me das horas e, no desvio do banco e dos jovens que ainda se beijam, percorro a linha de pedra traçada no chão – exercício geométrico que procura o eixo da travessa e acaba por encontrar a porta lateral do edifício fronteiro. Retomo a linha que me conduz em direcção à Rua das Lojas, e recordo que se fosse menina faria aquele percurso ao pé-coxinho.

Volto à realidade do tempo e não posso deixar de pensar que se fez pouco. Esta rua merecia mais – umas pinceladas de cal, umas caixilharias novas (e pintadas!), aqui e ali, uns vasos de flores à janela, pessoas a viver!

Será que fariam parte das «obras suspensas para evitar derrapagens orçamentais no Polis»? Ou é só mais um contra-senso? Soubemos há dias que o BejaPolis está prestes a acabar os seus dias. Fizeram-se contas, suprimiram-se obras para aquelas darem certas e evitar derrapagens financeiras, mas, segundo os responsáveis, «atingiram-se os objectivos»! Soubemos também que, lá para fins de Julho, o sossego vai voltar à cidade e que desta experiência de gestão de obras públicas pouco ou nada vai restar. Tudo voltará ao que era dantes, assegura-nos o vereador. Será? E será isso bom?

## XII

### Desafios

Não há quem não passe por lá perto e não olhe à distância a Rua do Ulmo; muitas vezes sem se dar conta do quanto é interessante e intrigante, com os seus dois passadiços que escondem os arcos que lhe moldam o espaço e nos fazem imaginar por instantes o trote de cavalos e o rolar de *charrettes*. A rua é escura demais e a calçada demasiado irregular para nos fazer sentir seguros a partir do anoitecer. Mesmo assim, não me esquivo a percorrê-la.

Durante anos, o enorme muro de taipa tem ameaçado ruína e, no entanto, nem se sabe bem como, lá se vai aguentando, amanhã aqui, chapada de cimento ali... Uma porta arranjada, outras prestes a desfazerem-se. Há tempo alguém me disse que a Cooperativa se iria expandir sob o terreiro e assim consolidar o muro, prestando mais um serviço público...?! Obra temerária nas presentes condições e discutível; não se terá realizado e afinal nem suscitou discussão. O mesmo se poderia dizer das obras, estas realizadas, no próprio terreiro e que parecem ter servido de estreia para o novo tipo de caldeiras de rega

à laia de bancos, de que a Câmara Municipal parece tanto se orgulhar, já que as adoptou para outros lugares.

Tão discutíveis como outras ideias possíveis que ao longo de mais uma caminhada na cidade sempre vão surgindo...

Voltando à Rua do Ulmo, aos arcos e aos passadiços, à churrasqueira que não há muitos anos foi um restaurante alemão onde se comiam saladas de *choucroute* e salsichas de diferentes sabores com batatas fritas e cerveja alemã – irrecomendáveis iguarias para uma alimentação saudável – diferente no habitual panorama gastronómico da cidade, com a notável particularidade de estar aberto ao domingo. Um dia passou a tasca de frangos assados no churrasco ao ar livre, que também se vendiam a peso. E os tempos evoluíram e com eles a tasca evoluiu a restaurante. E o passadiço deixou de ser público (talvez porque não o fosse antes, embora parecesse) e passou a ser tapado e fechado numa obra sem graça nem rigor. Ao lado, a casa que durante anos e anos vimos envelhecer rejuvenesceu de repente.

Revalorizado por tão discreta intervenção, o Largo dos Duques de Beja há já muito que deixou de o ser para se transformar num simples parque de estacionamento. Alguns falam-nos ainda do antigo mercado e das suas estruturas de ferro que acabaram em algum armazém de sucata e recordam o ambiente de grande animação urbana que proporcionava. O tempo das novas exigências sanitárias e a moda institucional dos mercados municipais do Estado Novo acabaram de vez com essas vivências, de certo modo recuperadas em mercados informais como o que acontecia no Largo de Santo Amaro, com o Mercado 25 de Abril. A Cooperativa de Consumo – a primeira «grande superfície» que me lembro de conhecer na cidade – mantém não apenas uma sustentabilidade notável, mas também a movimentação e a vivacidade diurna daquele lugar.

Mais uma vez, descendo em direcção à Rua Manuel de Arriaga, é obrigatório parar no pequeno largo que a precede. A janela de madeira que, solitária e orgulhosamente, se mantém nas traseiras do edifício que o PS ocupa conduz inevitavelmente a outras reflexões. Caso único, revela um certo gosto andaluz do proprietário doutros tempos e constitui mais um apontamento intrigante no percurso, contribuindo com um especial acréscimo de valor ao prédio que no seu conjunto é qualificado como imóvel de interesse concelhio no Plano de Salvaguarda de Beja. Por eventual falta de meios e para bem da salvaguarda do património, a tal tem sido o recurso preferencial de manutenção do edifício que conserva a sua estrutura principal, caixilharias e varandas, coberturas e beirais quase intactos. À excepção da ocupação parcial do logradouro com um anexo de qualidade precária e todas as deficiências

previsíveis nas instalações, o edifício poderá, numa nova oportunidade, vir a ser reabilitado arquitectonicamente em benefício da cidade.

E não é por acaso que da Rua Manuel de Arriaga desço à Rua Ancha e, no largo que a enforma, observo a sede do PCP. Lembro-me vagamente do edifício por dentro, num tempo em que o primeiro andar guardava ainda a pintura amarelada das portas interiores e conservava o seu carácter original. O piso térreo fora, porém, invadido pela onda transformadora do vermelho, dos ícones e dos símbolos partidários e alterado significativamente na sua feição primitiva de espaço habitacional. No exterior, a fidelidade à cal salva-lhe ainda a face.

Mas rapidamente retorno em direcção à Igreja de Santa Maria e subo a Travessa da Audiência para chegar à Praça da República, deixando para a próxima olhares sobre muitas coisas que vale a pena ver. O objectivo é chegar à sede do PSD, a única onde nunca entrei. Conheço suficientemente o piso térreo do edifício, como muita gente conhece. Lá onde foi a farmácia e a loja de artesanato mais bonita da cidade mas que não resistiu à inactividade turística, apesar de merecedora de um justo prémio municipal de arquitectura. Durante anos votados a visível abandono, os andares superiores do interessantíssimo prédio seiscentista beneficiaram dos bons ventos pré-eleitorais e viram lavada a cara com cal branca e anil.

Todos eles instalados em imóveis de interesse ou de valor concelhio, arrisco-me a dizer que os partidos têm perante a cidade a responsabilidade de deter à sua guarda um significativo património que pouco dão a conhecer. Correndo ainda o risco de imprecisão, direi também que o mesmo se conserva relativamente intacto graças ao limitado orçamento que todos devem ter para a sua manutenção. No entanto, sabendo que nenhum deles cumpre as necessidades funcionais de um partido político, é de antever ou presumir múltiplas pequenas dissonâncias interiores, remedeios e remendos, mutáveis consoante os dirigentes.

Entretanto, a cidade ganharia muito mais se, cumprindo a missão que anunciam, estes partidos – porque são os mais poderosos – fossem capazes de reinventar as suas sedes, abrindo-as aos cidadãos, aos seus militantes e simpatizantes, numa acção comum para as tornar verdadeiros espaços públicos e, de uma outra maneira, promoverem a participação cívica.

Tal como em dado momento da nossa história recente lhes foi dada essa oportunidade e qualquer deles a agarrou à sua maneira, porque não lançar-lhes hoje – trinta anos depois de terem protegido da ruína ou do abandono os edifícios que ocupam – um desafio ainda maior? Pondo-os em competição na perspectiva de criar mais-valias para a cidade. E, mais uma vez e como antes com o beneplácito dos poderes públicos e a

contribuição dos militantes, estabelecer programas e projectos, num concurso para ganhar o melhor.

Não me leve a mal o Bloco, por a ele não me referir. Herdeiro das instalações da UDP no andar de um prédio de um notável conjunto da praça, não errarei muito se considerar que não estaremos perante grandes riscos patrimoniais... De resto, com a criatividade associada à intransigência crítica que lhe é inerente, caber-lhe-ia, por certo, um lugar decisivo no júri.

### XIII

Escolher o automóvel – a quantas voltas obriga!

Uma volta de automóvel, em Beja, parece ter-se transformado num labirinto permanente para quem queira dirigir-se ao centro ou deslocar-se na cidade. Os circuitos alternativos impostos pelas obras do programa Polis já não servem de desculpa para impor as voltas em circulares sucessivas até finalmente aceder ao Largo dos Duques ou daqui ao Hospital ou, simplesmente, para sair da cidade.

É certo que a circulação viária em Beja nunca foi muito coerente, a começar pelas avenidas que se abriram sem continuidade numa malha estruturada de ruas hierarquizadas, largos ou praças, subitamente estranguladas por uma porta da muralha ou interrompidas a poucos metros por um cruzamento.

Veja-se a Avenida Visconde da Boavista, entre o Museu e as Portas de Mértola, só aparentemente «reduzida» pelas duplas faixas de estacionamento e a extensão da área reservada a táxis, cuja frota aumentou consideravelmente nos últimos anos. O condicionamento de trânsito orienta o automobilista para o parque de estacionamento no Largo dos Duques de Beja, convidando-o a andar a pé; mas nem por isso deixa de parecer um contra-senso a largura da rua cuja majestade deve ter sido emprestada aos solares e prédios reconstruídos no século passado após as demolições impostas aos limites do antigo convento.

Se observarmos a Avenida Luís de Camões, na primeira circular (incompleta) da cidade, repararemos que somente os semáforos conseguem disciplinar o trânsito e reduzir a velocidade a que a largura da via, naturalmente, convida. No entanto, já em frente ao mercado e, mais adiante, passada a pequena rotunda do Jardim Público, de novo a confusão se instala entre os que vêm e os que pretendem voltar à esquerda, largando a primeira circular e regressando ao centro.



Direi, por isso, que me parece lógica a solução adoptada na «estrada da piscina», entre a Avenida da Boavista e a Rodoviária (hoje Avenida do Brasil), que durante anos e anos se manteve expectante, sem qualquernexo, incapaz de justificar quatro faixas de rodagem em plena cidade. A criação de um separador arborizado, a par de uma boa iluminação pública, podem transformar esta via proporcionada (efectivamente numa avenida), capaz de induzir à redução de velocidade. Confesso que logo, habituada a esse percurso diariamente, me causou irritação o impedimento do acesso directo à Luís de Camões. Uma ou duas vezes obrigada a ir até à Rodoviária e a voltar para trás, acabei por encontrar um trajecto alternativo após serem acabadas as obras na rotunda da Junta Distrital: finalmente, pode seguir-se a direito, favorecendo o escoamento do trânsito logo à chegada à rotunda.

Mesmo assim, é preciso fazer um exercício mental antes de nos metermos ao caminho para qualquer sítio da cidade; procurando imaginar qual o percurso mais directo seja qual for o nosso destino. E, se para um habitante de Beja circular de automóvel é um sério problema, imagino como será um quebra-cabeças para o visitante esporádico ou o estrangeiro que chega à primeira rotunda e escolhe o caminho do centro! E se se tratar de alguém que pretenda tratar de assuntos na câmara municipal ou na repartição de finanças, ou desiste, irrita-se e opta por usar o correio electrónico, anula o programa do almoço, altera a viagem e vai até Mértola fazer turismo (assim como assim mais vale não perder tudo!) ou larga o carro no primeiro lugar que encontra e arrisca andar a pé no calor abrasador deste Verão ou no pino do Inverno, perguntando o caminho a quem passa enquanto se interroga porque não escolheu viajar noutra época do ano.

Mas voltemos ao nosso dia-a-dia... Quero entrar em Beja e dirigir-me ao Hospital. Sem sinalização a referir, arrisco-me a entrar pela segunda rotunda – a tal que espera ainda um arranjo paisagístico. A bomba da BP e o pião-escultura, ao fundo, confirmam a direcção tomada e, agora lentamente porque a largura da rua assim obriga, contorno a rotunda recentemente arranjada. No caminho tive tempo para observar as novidades do passeio amarelo, da ciclovia vermelha... os lancis em betão, num toque de actualidade onde o cimento substituí com vantagem económica a pedra – estamos na periferia, numa zona nova da cidade, onde não se justificam revivalismos ou nobrezas de materiais. Tudo bem. Até entrar na Av. António Sardinha. Reduzidas drasticamente as faixas de rodagem graças à excessiva largura dos passeios, as manobras para estacionar ou sair criam situações de perigo, desnecessariamente. A intencional e positiva redução de velocidade imposta pelas condições da via não soube equacionar outras variáveis próprias da circulação automóvel, gerando momentos indesejáveis, como, só por meio de uma

manobra arriscada, se conseguir virar à esquerda e entrar na rua do Hospital. Para já não perder tempo no faz e desmancha observado no dias seguintes à inauguração da obra...

Haverá outros exemplos que merecem reflexão. Casos que ilustram a ausência de uma visão global sobre a cidade e, menos ainda, uma ideia coerente sobre que cidade merecemos ter.

Para não falar da célebre curva da Estação ou dos acessos aos espaços de uso industrial... Esses serão motivos para outras escritas.

## XIV

### Animar a cidade?

Trovoadas e chuvas torrenciais anunciaram que o fim do Verão se aproxima...

As pessoas, ainda de braços descobertos e chapéus-de-chuva esquecidos, apressavam-se na rua, tentando escapar à molhadela inevitável. E riam-se, como se esta frescura da chuva as aliviasse. Também eu dei uma corrida divertida à chuva com um ramo de cravos amarelos na mão, nos quatro metros de rua que separam a minha casa da florista em frente, enquanto dos algerozes jorrava uma tromba de água diluviana!

Há alguns anos, num domingo de Verão tardio, percorria a velha estrada de Portel quando, em plena sequência de curvas da «serra», desabou tão violenta chuva de pedra que me fez parar, de respiração suspensa. Passado o momento de surpresa, depressa as nuvens sossegaram e deixaram abrir as portas do carro e sentir o cheiro intenso da terra molhada numa atmosfera quente e húmida, quase tropical, como viria a reconhecer anos mais tarde.

Os primeiros dias de Setembro fizeram lembrar-me esse tempo e, ao mesmo tempo, dei comigo a exclamar em surdina: «A ‘animação’ de Verão acabou mesmo a tempo!»

A partir da segunda semana de Julho e até ao fim de Agosto, a Câmara Municipal, em parceria com outras organizações, promoveram, com o devido mérito, um programa de animação da cidade. Privilegiando os espectáculos de ar livre, dos grupos corais aos ranchos folclóricos, o cinema foi, sem dúvida, a novidade mais interessante. Curiosamente.

Quem sabe se por recordarem outros verões no cine-esplanada, as pessoas idosas tomavam o seu lugar com antecedência... Outros ficavam de pé, como eu, dividindo o olhar entre as imagens do ecrã e a observação do público. Lembro-me da noite do *Kill*

*Bill*, no Largo dos Duques. Interessou-me muito pouco o filme e dei comigo ausente do drama e das artes marciais, recordando outras guerras...

Para os mais jovens, será porventura novidade saber que houve em tempos um cinema de ar livre... O cine-esplanada. Que desapareceu, e dele permanece apenas uma ridícula memória ou uma surrealista entrada sem destino, fruto da irresponsabilidade de quem decide fazer e não fazer, resultado de uma oportunidade perdida de transformar positivamente e de forma profunda e estruturada um pedaço importante da nossa cidade, lugar de múltiplas memórias, precisamente numa época da nossa história recente na qual quase tudo era ainda possível.

Era possível reunir moradores para discutir o destino do seu bairro, como era possível mobilizar as consciências em nome do interesse colectivo; era possível construir bairros sociais como era possível promover cooperativas de habitação; era possível expropriar imóveis degradados e condicionar os senhorios a arrendarem casas devolutas; tudo era possível quando a vontade política era mais forte.

Quando a consciência do interesse público começou por ditar a preservação para a cidade de pedaços da sua história, logo interesses privados se anteciparam e condicionaram para sempre projectos urbanos que, a serem implementados, seriam precursores, com vantagem, do conceito do que viria a ser o Programa Polis (global).

A história do triste fim do cine-esplanada (que não vou aqui contar por respeito a alguns dos seus protagonistas já desaparecidos) faz parte do conjunto das oportunidades perdidas durante os últimos vinte anos nesta cidade.

Como é difícil as pessoas pensarem no futuro! Pensarem no bem colectivo! Agirem de forma integrada! Procurarem ligar todas as pontas da teia que é gerir a urbe e que liga, em nós diversos, pessoas e espaços e serviços e infra-estruturas e comércio e oportunidades, segurança e saúde, conhecimento e ambiente...

E assim, do Largo dos Duques ao Largo de Santo Amaro, da Ermida de Santo André à Praça da República, os organizadores da Anibeja 2004 parece terem seguido o critério da dispersão por freguesia, ou outro qualquer, sem razão anunciada para o cinema de ar livre. O certo é que, sendo uma iniciativa adequada e positiva, lamentavelmente e dada a dispersão dos lugares, não foi suficiente para criar o hábito ou para fazer renascer o costume que fazia do «cine-paradiso» bejense aquele lugar de socialização e de vivências especiais, temporárias e sazonais, ao mesmo tempo únicas, cuja atmosfera ainda me permiti imaginar nas noites calmas deste Verão.

Pena que, entre nós, não passasse de um conjunto de acontecimentos pontuais.

Animar a cidade vai muito para além disso.

XV

O idealismo ainda é possível... e obrigatório!

Aqueles que herdaram de pais e avós a resistência ao obscurantismo, à ignorância e ao medo, e com rebeldia desafiaram o poder despótico e autocrático e se esforçaram por construir a Democracia, revêem agora esse passado e interrogam-se de novo. São também os jovens muito jovens, são os que mantêm o espírito da sua juventude, são ainda os que leram em surdina os poemas e que ouviram a rádio às escuras (como me dizia alguém há dias, num lugar bem perto de nós – como se a luz encobrisse o som das palavras que vinham do outro lado do mar), são esses que se interrogam agora, de novo ou pela primeira vez, e vêm para desassossegar.<sup>1</sup>

As gerações de 60 e 70 dominam hoje a sociedade, e, a diferentes níveis de poder, reflectem contradições inevitáveis, numa comunidade de cidadãos que se manifestou incapaz de transformar suficientemente as mentalidades, de promover o conhecimento ao mesmo ritmo em que conseguiu atenuar as diferenças sociais; criando uma classe pequeno-burguesa cada vez mais ampla e consumista, agravando a condição de pobres e excluídos e permitindo a restauração da riqueza quase ofensiva, o quadro global do País está longe de corresponder às expectativas colocadas em diversos momentos decisivos da nossa história recente.

Temos assistido à dificuldade em identificar o fundo dos problemas, o que parece também justificar a incoerência de muitas decisões políticas e os compromissos contra-natura entre direita e esquerda, entre centro e direita, a apropriação por uns e outros de bandeiras outrora exclusivas da esquerda.

Na doentia procura de consensos impossíveis, o Partido Socialista cometeu o erro de se manifestar incapaz de fazer rupturas que já tardavam e de optar por alianças inconsequentes com os seus princípios. Erros que saíram caro ao País e que a direita soube não cometer ao constituir a maioria, com todos os riscos evidentes para qualquer dos Partidos envolvidos. Por isso, é importante não temer essa aprendizagem e afirmar desde já, corajosamente, a vontade de fazer diferente, reconhecendo que à esquerda se garante também a estabilidade política e governativa.

Alargados os horizontes do diálogo interno e internacional, rasgadas que foram as fronteiras da informação e da solidariedade, os valores fundadores do socialismo democrático permanecem, mesmo assim, actuais e principais, mais amplos e mais tangíveis no quotidiano de cada um. De muitos de nós.

E apesar de o pensar no plural parecer que se desvanece dando lugar a gestos e atitudes mais e mais egocêntricas nalguns, de mais e mais solitude noutros, valorizando o pensamento individual e comprometendo os ideais de um futuro colectivo melhor, a verdade é que se vivem tempos de mudança.

A transformação profunda da sociedade portuguesa nos últimos trinta anos – 69 anunciava já uma nova era – concretizou propósitos e objectivos impensáveis na época; ultrapassaram-se sonhos, ao mesmo tempo que, tal como no mundo inteiro, foram concretizados uns e, outros, destruídos ou transformados em meras visões. Somos hoje parte do mundo inteiro e, como cidadãos do mundo e da Europa em particular, vivemos novos desafios.

A juventude – que já não se sabe bem onde começa e acaba, se entre os 15 e os 20 ou entre os 20 e os 30 – busca finalmente novos ideais e novas bandeiras. A liberdade é, felizmente, um dado adquirido – apenas os limites estão por perceber.

Novas angústias surgem com nova dimensão: a dimensão planetária e a dimensão europeia. De forma perversa, um pouco por toda a parte, tendências bélicas e reaccionárias reanimam-se com novos *slogans* e exprimem-se em vagas de violência e xenofobia, em guerras que confundem objectivos de domínio económico com ódios religiosos ancestrais.

Mas, ao mesmo tempo, razões mais altas unem os jovens de todo o mundo e entrelaçam gerações num abraço profundo de solidariedade com os povos oprimidos e a defesa dos valores ambientais capazes de proteger a Terra e o ecossistema, e evitar a autodestruição dos homens.

Neste quadro de contradições, a ignorância, o apego ao poder, a falta da noção do bem público e do interesse colectivo, um pouco por toda a parte, assumem um protagonismo arrogante. Nos lugares de maior interioridade e também nos locais de maior acumulação de riqueza, nos locais onde chega apenas a auto-estrada mas não chega a cultura nem a auto-estima, a falta de carácter afirma-se da pior maneira: pela manifestação do maior primarismo, pelo deliberado desprezo pelo bem público, pelo desejo de imitação do poder – do dinheiro e da influência – e do que este proporciona, o deslumbramento pela imagem.

Viver no espaço interior ou num país do terceiro mundo aproxima, curiosamente, do poder; e, a quem tem essa oportunidade, permite ter uma visão perspectiva do mundo e do comportamento dos homens, reduzindo todos eles à dimensão que têm.

Estamos hoje melhor preparados para identificar o populismo fácil, a aliança conjuntural e o fascínio do poder; a luta fratricida para o manter é assim igual em toda a parte e põe em evidência, sempre, os mesmos sinais.

Os partidos políticos não escapam a esta lógica. Por isso, quando alguém no seu seio se levanta e grita «basta!» e com ele arrasta outros e mais alguns – e os jovens e as mulheres estão ao seu lado – alguma coisa importante se estará a passar.

O que hoje está a acontecer no Partido Socialista é algo muito especial; um quase-tudo que fará com que nada fique como antes, qualquer que seja o resultado eleitoral em 25 de Setembro.

Ao contrário do que alguns pretendem fazer crer, o Partido Socialista está a dar uma lição de vitalidade e uma significativa lição de democracia interna, ao submeter a sufrágio directo a eleição do seu secretário-geral e ao promover tão intensamente a discussão política dos diferentes programas e abordagens. Um secretário-geral que até ser escolhido pela comissão política para candidato a primeiro-ministro tem que passar por várias provas eleitorais na sociedade portuguesa: nas regiões autónomas, nas autarquias, na presidência da República. Muitos socialistas sabem isso e sabem também que precisam de criar uma nova prática partidária capaz de induzir à dinâmica de vitória.

Temos de ter presente que vivemos num Portugal onde já não se discute a liberdade, mas onde diariamente ela é posta em causa. Com dificuldade se discutem princípios e ética, porque já se lhes não dá importância. E, apesar de a prossecução de objectivos estratégicos dar muitas vezes lugar ao imediatismo, ao resultado fácil e até ao maior efeito mediático na selecção das prioridades políticas, como é evidente nas notícias que vêm da coligação de direita, ainda há sinais de esperança de inverter tudo isso.

Porque só aparentemente o calendário mudou, dando lugar ao tempo eleitoral e ao horário dos telejornais. Só temporariamente, temos de estar certos disso, o acesso ao conhecimento se confunde com o acesso à informação e a cultura científica é matéria que quase todos ignoram.

Porque há sinais de mudança. As excepções vão, em diferentes domínios, tentando escapar à regra. Por mais insignificantes ou espectaculares que se afigurem, importa seguir-lhes o percurso – porque esses casos singulares são a esperança de que é possível inverter tendências, fazer inflectir decisões erradas, retomar o futuro e o progresso a qualquer momento. Na sociedade e nos partidos políticos que orientam o seu destino.

Em especial aos socialistas da minha região, onde são a maioria, eu tinha de lhes dizer que é altura de mudarem o que vai mal no Partido Socialista; não fazendo mais o mesmo, não temendo enfrentar quem mais parece poder e indo ao fundo das questões na discussão política; participando e contribuindo com ideias novas, fazendo diferente.

Porque vale a pena.

<sup>1</sup> Expressão muito feliz de Manuel Alegre na actual campanha eleitoral do PS.

## XVI

### É tempo de comunicar, participar, decidir

As obras do Programa Polis, promovidas pela empresa mista municipal BejaPolis, vão chegando ao seu termo. A poucos dias da inauguração oficial, honrada pela presença presidencial, ainda era difícil visualizar as que ainda estão por concluir. O «Museu do Sítio» era ainda uma incógnita e a Avenida Miguel Fernandes uma dor de alma que se espera venha a passar; enquanto o Parque Urbano já permitia vislumbrar o benefício sensível para a primeira entrada em Beja, completando, assim, embora com diferentes linguagens arquitectónica e paisagista, as obras já concluídas na envolvente da Ermida de Santo André.

Tendo pautado as minhas observações pela impressão da vivência dos sítios, seria despropositado comentar o insuficientemente conhecido. Por isso, detenho-me pelo sentido democrático da participação dos cidadãos nas decisões autárquicas que, ao fim e ao cabo, fazem o fazer da cidade.

Não é fácil estabelecer os limites nem identificar com precisão o início do processo de decisão sobre os assuntos urbanos: da cidade no seu contexto concelhio às várias escalas da decisão – do arranjo da rua à localização de um centro comercial ou de um aeroporto.

A discussão do tema conduziria aos limites da democracia participativa no quadro actual da democracia representativa. Ao fazê-lo, seríamos por certo levados a questionar o próprio sistema político e, concretamente, a forma de escolha dos representantes do povo. Não é este o momento nem o fórum oportuno.

Nas raras oportunidades de discutir a cidade, a implementação dos projectos do Polis acabaria sempre por ser o tema central em todos os debates. Razões a favor ou razões em desfavor justificavam que, no calor da argumentação, o interveniente – como todos os presentes, interessado e informado – traduzisse vivências que lhe tocavam a sensibilidade de cidadão, nas quais não se reconhecia por diferentes motivos, mas por uma razão principal, quase sempre subjacente a qualquer argumento: a falta de participação em decisões tão importantes, patente nas surpresas quotidianas, em cada obra e em cada transtorno urbano.

Com efeito, não é de estranhar essa perplexidade quando, em muitos casos, se sucederam soluções incongruentes e rupturas profundas nos códigos urbanos convencionais, sem acções prévias de esclarecimento e auscultação pública, dando lugar a projectos realizados sem abertura à discussão programática ou conceptual, a maior parte deles desenvolvidos à margem dos próprios serviços técnicos municipais e consultores, que sobre eles não foram ouvidos ou consultados.

Não é pois de estranhar essa sensação amarga que muitos cidadãos manifestam por serem postos de parte nos assuntos que dizem respeito ao seu dia-a-dia ou quando simplesmente da janela de sua casa já não reconhecem o sítio onde sempre viveram.

Tendencialmente, as intervenções urbanas requerem, cada vez mais, uma abordagem multidisciplinar, na qual diferentes especialidades – novas, como a psicologia ambiental, ou mais tradicionais, como a sociologia urbana – são indispensáveis ao bom desempenho de arquitectos e urbanistas.

Por isso, importa retirar ensinamentos da experiência BejaPolis. Porque nem tudo é negativo, bem pelo contrário. Pois, se as realizações que proporcionou tiveram a particularidade de alertar os cidadãos para a fragilidade democrática do exercício do poder autárquico e de quanto este está distante dos cidadãos, também tiveram o mérito de valorizar amplas zonas degradadas da cidade e de introduzir a obrigatoriedade da apresentação pública dos projectos (ainda que sem permitir a sua discussão) e um novo modelo de gestão de obras municipais por objectivos, aspecto que deveria ser doravante preocupação permanente, comprometendo a administração na reforma efectiva do sistema.

Agora, quase acabadas que estão as obras:

Será que o Município de Beja retirará lições desta experiência?

Será que se abre uma nova etapa de relações com os cidadãos?

Será que as forças políticas e sociais mais dinâmicas na sociedade bejense irão ser capazes de pôr em prática novos modelos de participação e de aprofundamento da democracia?

A pouco mais de um ano das eleições autárquicas, não seria saudável iniciar desde já a discussão sobre novas ideias e perspectivas para a cidade? <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Na acepção de Cidade-região.



## Quem irá governar a cidade?

No espectro partidário, vários nomes se perfilam já no palco da nossa democracia. Mais ou menos discretamente, uns ainda a medo, cautelosos em não queimarem a imagem cedo demais, outros abertamente, vão-se posicionando como candidatos às próximas eleições autárquicas.

Em Beja, não fugindo à regra, com alguma insistência nas últimas semanas, repetem-se as vozes em programas de rádio ou em abordagens na imprensa e multiplicam-se imagens dos mesmos rostos, enquanto se sussurram hipóteses de cenários possíveis; tecem-se influências junto das direcções partidárias e fazem-se calar, por inoportunos, os mais destemidos que, por impulso ou vontade própria, se autopropõem.

Como que em clima conspirativo, restabelecem-se acordos e alianças tácticas, escolhem-se pessoas e distribuem-se promessas. Não se discutem personalidades e, muito menos ainda, ideias.

Ao todo, considerando os quatro partidos políticos representados na Assembleia Municipal, não errarei por muito se afirmar que não serão mais de 50 os que vão decidir, efectivamente, quem serão os candidatos à Câmara de Beja e às freguesias!

Enquanto isso, em serena atitude de espera e perigosa indiferença, os cidadãos aguardam as escolhas e adivinha-se um tempo de mudanças políticas. Qualquer dos partidos, mesmo a CDU, procurará apresentar novos nomes que protagonizem propostas eleitorais que o diferencie e distinga.

Até lá, provavelmente, cada um dos principais partidos concorrentes se mantém cautelosamente à espera de saber quem é o candidato do outro. O PSD, na expectativa de conhecer o candidato do PS, perspicaz na análise da conjuntura a favor de comunistas ou de socialistas, apostará num presumível vencedor e será, por certo, o último a definir-se entre um candidato fraco e um candidato forte.

Fechados a novos protagonistas e absorvidos em encontros de bastidores, escolhem-se entre si; pretendendo até, por vezes, rodar de uns concelhos para outros, perpetuando-se em postos e formatando carreiras políticas que substituem profissões honradas, os dirigentes partidários locais equacionam futuros cenários eleitorais, muitas vezes na perspectiva de interesses e ambições individuais.

Enquanto isso, e a ser assim, seria bom que os cidadãos anónimos pudessem, ao menos, ter voz; quanto mais não fosse, para participarem numa pré-selecção à americana e, em eleições primárias, escolherem os melhores de cada partido para disputarem eleições. Infelizmente, estamos longe ainda de atingir maturidade política bastante e cidadania suficiente para tal exigir dos partidos políticos!

Por isso, limito-me a sugerir o perfil da personalidade que desejaria ver à frente dos destinos da Câmara de Beja – os seus traços de carácter e visão política:

Homem ou mulher; natural de Beja;

Que conheça e viva a cidade por dentro, mas saiba vê-la de fora sem ser de fora;

Que a percorra sempre com prazer e disposto a surpreender-se;

Com sensibilidade para cuidar das vilas e das aldeias com o mesmo cuidado e acuidade suficientes para perceber e atender às diferenças;

Alguém capaz de se entusiasmar e vibrar com os desafios mais difíceis;

Inteligente e brilhante, de tal modo que não tema chamar a si outros iguais;

Que olhe nos olhos os outros e a qualquer um que precise saiba estender uma mão solidária;

Alguém incapaz de desistir perante a adversidade e resista, resista sempre em nome de princípios de cidadania;

Com ambição para transformar e para desenvolver;

Com imaginação para agarrar o futuro;

Para perceber a centralidade de Beja e compreender que aí se podem fazer decisões;

Para assumir por inteiro a responsabilidade de liderar não apenas a cidade, o concelho, mas a região;

Alguém que saiba arriscar e rasgar novas fronteiras.

## XVIII

### Um novo alento para a democracia

Adivinhavam-se mudanças, sentia-se no ar, mas não se esperavam tão cedo.

Focalizados nos problemas do nosso quotidiano urbano, até há pouco preocupávamo-nos apenas em tecer uma nova política local... E por aí ficaríamos se, entretanto, o Presidente da República não tivesse conduzido à clarificação política necessária, promovendo eleições gerais antecipadas.

Sem dúvida, eis um novo alento à Democracia, um sinal de que os tempos de demagogia, superficialidade, irresponsabilidade e exibicionismo mediático vão ter de acabar.

No nosso recatado interior alentejano, neste pequeno mundo de localismos e intrigas partidárias, chegou também a hora de pensar noutra escala.

É a oportunidade de encarar a política local no contexto mais amplo de uma nova política para as cidades de pequena e média dimensão, capaz de fortalecer os esforços locais para promover o Desenvolvimento.

Expressa em medidas de coesão territorial, onde a valorização dos recursos humanos, a integração social e a igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho, ao conhecimento e à cultura constituam objectivos determinantes, a sustentabilidade dos programas políticos obrigará ainda à recusa determinada de promessas demagógicas, tão sedutoras em momentos eleitorais.

Apesar do curto prazo que Fevereiro representa, sabemos que os socialistas, em particular, se esforçarão por apresentar ao País um Programa Eleitoral realista, baseado no conhecimento e na experiência de quem teve tempo suficiente para avaliar erros e ingenuidades passadas.

No actual enquadramento político, para Beja, é agora a grande oportunidade também para ver relançado o seu futuro, perspectivado no contexto comum das cidades do interior do País e centrado no desenvolvimento regional.

Enquanto lugar central que é, Beja terá de construir o seu projecto: um objectivo que precisa de ser ancorado (não apenas) na tríade de projectos estruturantes – de Alqueva a Sines e ao aeroporto – e um caminho de sustentabilidade. Um percurso para o crescimento económico e social traduzido num investimento decisivo e determinado nos recursos humanos, do bem-estar e do conhecimento, focalizado num pólo de base tecnológica e de cultura científica, capaz de produzir massa crítica e de dar resposta aos desafios que a implementação daqueles projectos pressupõe e exige. A cidade não pode alhear-se dos factores e dos agentes que intervêm na valorização urbana, no sentido lato, mas tem de potenciar todas as iniciativas que de algum modo contribuam para o desenvolvimento global do concelho e da região.

À qualidade de vida ambiental que proporciona, Beja tem de saber acrescentar mais cidade à cidade, mais vida urbana, mais oportunidades de trabalho, mais lazer, mais cultura, mais transportes, mais interacção com os concelhos vizinhos.

Por outro lado, Beja tem de se especializar na oferta, se pretender competir com outras cidades; e terá de o fazer não apenas no seu espaço geográfico. Por essa via, fazendo desta ambição um projecto de futuro, poderá vir a reconstruir o seu espaço de influência, alargando horizontes desde o mar à Andaluzia.

Beja tem de mudar, passando a atrair em lugar de repelir. Todos juntos temos de descobrir como e contribuir para isso. No entanto, olhando à volta, não é fácil encontrar os protagonistas.

Enquanto alguns aguardam o resultado de sondagens de opinião promovidas pelos seus partidos para, com mais segurança, se apresentarem ao eleitorado, outros, por timidez ou por dinâmica de grupo, em sussurros à mesa do café ou nos bastidores da cena política, não arriscam vir a terreiro, não se mostram disponíveis e escondem as suas ideias.

Seria bom que se erguessem essas vozes e, com transparência, umas e outras contribuíssem para o debate público que vai fazendo falta.

## XIX

### Mais um ano... Que trará de novo?

Dois mil e quatro encerrou um ciclo de amargo sabor a crise, deixando aberta a perspectiva de caminhos para a resolver. E isto porque, de tão profunda a amargura, sente-se no espírito das pessoas a predisposição para aceitar novos desafios, sem esquecer esforços nem sacrifícios ainda necessários. Dos medos incutidos aos malabarismos recentes, é talvez a consciência da verdade perante a evidência da inconsequência das políticas seguidas nos últimos três anos que torna diferente o momento presente.

Com o novo ano e num quadro sequencial diferente do esperado, abre-se um novo ciclo político que se inicia com legislativas, seguidas de Referendo sobre a Europa (?), depois as autárquicas e, por fim, eleições para a Presidência da República. Por mais que se brame contra os políticos, a verdade é que poucos são aqueles que se predispõem para o ser. Talvez, por isso, seja também chegada a hora de reflectirmos porquê.

Sou dos que pensam que votar é uma afirmação de cidadania; não votar é ser incapaz de fazer uma opção, ter medo de correr o risco de escolher e errar. Infelizmente, tal atitude não é mais do que recusar o direito e a obrigação de participar na vida pública.

No mundo dos nossos dias, o caminho das sociedades para o progresso passa cada vez mais pelo aumento da participação cívica, pela aproximação dos cidadãos às instâncias de decisão. O aprofundamento da democracia exige isso mesmo de toda a gente, começando no bairro, no lugar ou na freguesia. Mas igualmente na escola, nas organizações recreativas, desportivas e culturais, nas associações cívicas de vários tipos. E, em todas as circunstâncias, por mais que se afirme o contrário, é a nível local que se pode fazer a diferença, pois aqui se formam quadros políticos e aqui se exercita o sentido de serviço público.

No entanto, nem todos podem ser deputados nem têm perfil para autarcas. Muitos sentir-se-ão realizados se conciliarem a vida profissional com a participação comunitária, muito simplesmente.

Do político «profissional» (mesmo que temporário) exige-se muito mais. Para além do espírito de missão, da competência e do conhecimento, pede-se-lhe o sacrifício da vida privada em nome do serviço público. Nem sempre é fácil optar por esse caminho; por isso me insurjo contra aqueles que, cada vez mais frequentemente, menosprezam a actividade política e ser político, em particular. O mal não estará totalmente no sistema, mas nas mentalidades. Pois o que está na origem da má fama não será certamente o valor dos salários, mas as mordomias e a sedução da influência que, na proporção da fraqueza dos espíritos, encantam os homens e as raras mulheres que ascendem a lugares públicos. Para muitos, sejamos justos, a política é ainda uma actividade nobre.

E é também aqui que importa intervir. Desde logo, na escola; porque em casa nem sempre é possível. Educar para a cidadania deveria ser um princípio, como tive ocasião de ver praticar nalgumas escolas desde a infância. Infelizmente, as experiências positivas neste domínio pouco têm sido difundidas.

Agora, na aurora do novo ano, estaremos abertos a retomar caminhos deixados a meio...

Tudo o que foi dito em geral é aplicável localmente.

Olhando para trás, nem tudo foi mau. Também aqui, graças ao Programa Polis, com todos os sucessos e insucessos, a cidade mexeu... As pessoas reagiram e hoje ainda se interrogam sobre o que foi dito e prometido, sobre o que foi realizado e sobre o que estará porventura ainda por realizar. Questionam se os caminhos seguidos foram os melhores, se não teria havido outros? E, por enquanto e enquanto não se forem apropriando dos espaços recém-criados, vão continuando a encontrar temas de discussão. De algum modo, vão-se construindo novas mentalidades.

Mas a cidade é, com certeza, mais do que isso.

A cidade é também algumas das freguesias à sua volta e, talvez mesmo, todas elas. De que não se fala e «onde existe vida para além do Orçamento» municipal, direi eu. Enquanto na cidade se concentram o trabalho e as oportunidades, ainda que precariamente, nas aldeias a vida vai passando numa espera que não se sabe onde termina... e onde é tempo de encontrar também um rumo.

Mais um ano... que trará de novo?

## Zona Industrial

Olhando para a Zona Industrial com atenção, percebe-se como foi perdendo o seu recorte natural, como cresceu à pressa, quão raros são os verdes e quanto se sobrepõem os prédios e se impõem, na sua falha de qualidade e falta de graça, sejam pequenos ou grandes, altos ou acantonados.

Pouco valem já as «áreas de protecção dos monumentos nacionais», pois apenas sobressaem as igrejas e, timidamente, o velho castelo! Aqui e ali sempre se vêem as muralhas que espaçadamente se foram construindo e se distinguem do branco que domina as edificações que a elas se sobrepuseram, no tempo e no espaço.

Local privilegiado para actualizar a visão da cidade, junto ao bairro que terá tido a «esperança» de lhe pertencer um dia, a Zona Industrial vale pelos raros edifícios que, por si só, graças à tenacidade dos seus promotores, mais recentemente se esforçam por competir entre si evidenciando uma marca de qualidade.

Num ambiente urbano inqualificável, custa a crer que alguma vez o município de Beja tenha sonhado sequer com um espaço para actividades industriais significativas do nosso tempo.

Foi precisamente em nome dessa visão de futuro que se desenvolveu, no final dos anos 70 e já fora do tempo, a ideia de associar à democracia o desenvolvimento industrial (sem industriais) e se afastaram actividades do centro da cidade, promovendo outra ideia de progresso.

Para trás ficaram amplas zonas de grande potencial urbano, numa degradação progressiva que se prolonga até hoje, num estado de abandono, sem futuro à vista. Na entrada de Lisboa, na Rua da Lavoura, e não só, grandes áreas aguardam uma oportunidade de reabilitação num novo conceito urbano.

Entretanto, ocuparam-se terras de barro e hortas, zonas baixas e húmidas, impróprias para construção, consoante a intenção de venda dos proprietários, à margem de um planeamento integrado das infra-estruturas da cidade, de que o ambiente natural também faz parte. Em novos bairros na extensão do da Nossa Senhora da Conceição, em direcção ao centro, novos problemas urbanos irão surgir a prazo.

Mas voltemos atrás, à ideia de progresso que não passou de ideia e ao projecto industrial que nunca aconteceu. Com efeito, nos vinte e poucos anos que passaram entretanto, os empresários foram sendo «empurrados» para construir armazéns e oficinas em terrenos ditos «para fins industriais», para cá e para lá da variante, em frente ao Bairro

de Nossa Senhora da Conceição e para lá dele, depois para a vizinhança do Bairro de São Miguel e, mais recentemente, para junto do Bairro da Esperança.

Desprovidos de acessos compatíveis, estrutura viária interna e drenagem adequada, com pavimentação rudimentar e total ausência de zonas verdes, convenhamos que se trata de um pobre conceito de promoção industrial. E se alguma intenção houvera de aproximar os bairros periféricos da cidade ou os cidadãos dos locais de trabalho, a verdade é que em nenhum caso se observa por ora qualquer visão ou perspectiva de integração dessas zonas habitacionais.

Ao deixar ao livre-arbítrio e a situações de circunstância a solução dos problemas, o município, lamentavelmente, não soube ou não quis assumir à partida o papel que efectivamente lhe competia: estruturar, integrar, infra-estruturar, promover socialmente as periferias.

As condições mudaram, as mentalidades também evoluíram, e pensamos que é tempo de enfrentar a necessidade de um projecto coerente para esta zona, que permita estabelecer parcerias entre autarquia e privados – porque não? – procurando dignificar toda esta área em benefício dos que lá trabalham, dos que lá vivem e daqueles que diariamente ali procuram serviços.

Quantas vezes a autarquia já ouviu os promotores e empresários? Quantas vezes já os questionou sobre o local e as condições em que estão instalados? Ou sobre o grau de satisfação dos clientes?

Na nossa cidade, os terrenos para fins industriais continuam a ser apenas isso. Passaram entretanto a constituir uma ampla zona degradada da cidade, a curto prazo candidata a ser uma área crítica de reconversão urbanística.

Qualquer um tem, assim, o direito de se perguntar se, com este passivo, seria esta câmara capaz de gerir uma plataforma industrial de transportes e comunicações conforme o aeroporto civil de Beja pode vir a ser? E por que razão se limita a fazer do Projecto Polis a sua bandeira, programa de iniciativa do Estado<sup>1</sup> que, embora de âmbito restrito, mesmo assim poderia ter ido muito mais longe em termos estratégicos?

E mais: como é que manifestamente se tem mostrado incapaz de assumir a liderança do processo de mudança que começou com a mesma direcção política nos primeiros anos da democracia? Nem o cansaço nem o desgaste do tempo prolongado de poder justificam que se resigne a que as suas aldeias asfixiem lentamente e que o centro histórico da sua cidade diariamente se esvazie e degrade, umas e outro sem futuro visível; ou consinta que em periferias cresçam zonas residenciais e proliferem espaços industriais e armazéns sem ordenamento coerente e sem sustentabilidade assegurada, numa época em que tais preocupações há muito fazem parte do quotidiano das cidades...

Perante um contínuo de destruição de solos e paisagem, mas, mais grave ainda, promovendo o alastramento do abandono, do despovoamento e da degradação de áreas urbanas consolidadas, para alguns, a solução é simples: deixe-se estar tudo conforme está e construa-se para lá da variante!....

Pensamos que não devem ser estas as respostas. Haverá certamente outros caminhos.

Haja esperança em que os cidadãos comecem a pensar colectivamente e a participar na vida pública, vencendo velhos tabus da indiferença e construindo novos espaços de debate.

<sup>1</sup> No Governo socialista, promovido pelo Ministro do Ambiente que, ao tempo, era José Sócrates.

## XXI

### Reabilitar fora do centro

«[...] afastaram actividades do centro da cidade, promovendo outra ideia de progresso.

Para trás ficaram amplas zonas de grande potencial urbano, numa degradação progressiva que se prolonga até hoje, num estado de abandono, sem futuro à vista. Na entrada de Lisboa, na Rua da Lavoura, e não só, grandes áreas aguardam uma oportunidade de reabilitação num novo conceito urbano. [...]»

Como que a propósito, há poucas semanas, à saída pela estrada de Lisboa, do lado direito entrevejo, pelo muro ainda semidestruído e o vão do antigo portão agora inexistente, o movimento de máquinas em manobras de demolição e aterro de uma área há muito abandonada a esta sorte.

Alguma coisa de novo vai acontecer naquele lugar agora valorizado pelo erário público graças à reabilitação paisagística e ambiental realizada no âmbito do Polis. O que quer dizer que para os promotores terá chegado a hora em que valerá a pena investir... para colher. Obviamente. Repare-se como, apesar de alguma perversidade que possa também encerrar, como um investimento público no ambiente urbano estimulou a iniciativa privada, levando-a a reconhecer a oportunidade de avançar com um projecto para o local...



Não se sabe como vai ser, não se conhece o projecto. E, no entanto, era importante a sua divulgação. Não apenas na perspectiva do *marketing* que os promotores certamente reconhecerão necessário, mas pelo impacte público que irá ter.

Não será demais exigir exemplaridade num projecto que se situa na principal entrada da cidade, sítio da sua história recente e remota, mas ainda por se tratar de uma vasta área com impacte significativo na envolvente e porque, sendo o primeiro de outros que na zona certamente se seguirão (veja-se a Metalúrgica Alentejana e o quarteirão da Rua Infante D. Henrique), poderá vir a tornar-se «exemplo», mimeticamente replicado sem capacidade crítica, como vem sendo hábito nesta cidade, seja ele bom ou mau.

Não fazendo ideia de quem é o promotor – o que pouco importa, pois até podia ser o próprio Município – permanecem válidas as observações, a que convém acrescentar uma saudação e um desejo: venha a reabilitação do lugar e que seja bem feita, digna do orgulho da cidade!

Não é costume escrever em capítulos, mas este acontecimento novo suscitou em mim a oportunidade de retomar a crónica anterior. E, como se tudo estivesse encadeado, dar continuidade às reflexões deixadas há semanas atrás.

Na Rua da Lavoura ainda nada se anuncia. Mas talvez seja a hora de começar a imaginar como poderia ser... ou retomar ideias que congeminou há anos, levando-me em tempos a escrever sobre ela num folheto de edição reduzida.

Numa abordagem ainda diferente, o gaveto da Rua Infante D. Henrique mereceria também uma partilha de ideias e possibilidades, onde não poderiam faltar contributos mais amplos de sociólogos, urbanistas e habitantes...

Mas, se não se importarem, ficará para um próximo capítulo!

## XXII

### Testemunho e contributo

Passaram dez anos sobre a decisão irreversível de construir o Projecto de Alqueva e com ela a determinação de implementar o empreendimento de fins múltiplos que o configurara na sua última versão, ainda em 1994.

Mal assumido por Cavaco Silva, foi já sob a administração do governo socialista que teve lugar o aprofundamento da discussão sobre o rumo a seguir: tendo como pano de fundo a dialéctica das múltiplas barragens e a limitação da cota da obra principal ou a

persistência da construção da grande barragem à cota 152, o projecto foi progredindo com a firme opção por este último cenário.

Sobre todo o processo de discussão, alargado a múltiplas organizações – ambientalistas, autarquias, instituições estatais e a empresa gestora do empreendimento – haverá, por certo, uma história a escrever, apoiada não apenas em registos de jornais e imagens televisivas, mas no próprio trabalho da comissão de acompanhamento do impacte ambiental que, de certo modo, contribuiu para o moldar e para o «instruir» numa abordagem transversal das suas principais vertentes.

A grande inovação desse Janeiro de 1995 consistiu precisamente na afirmação política do primado da transversalidade do projecto, em detrimento das visões sectoriais que o vinham informando ou condicionando, fossem os *lobbies* do betão e da energia, fossem os do ambiente e da agricultura.

Como quase sempre, as grandes decisões estão indissociáveis de uma personalidade. No caso de Alqueva, como protagonista maior, o nome de João Cravinho ficará para a história.

Mas se as tomadas de decisão política são importantes e podem ser decisivas quando assumidas no momento certo, a sua implementação dificilmente fica isenta de sobressaltos e de dificuldades geradas pelos vários interesses em concorrência e que persistem para além disso.

Os anos que se seguiram (prescindindo de os descrever) foram, assim, marcados por pequenas escaramuças entre sectores e grupos de interesses – da água à energia, da agricultura à protecção da natureza – vindo a traduzir-se numa extraordinária realização da qual, globalmente, os portugueses têm toda a razão para se orgulhar.

Não é só a obra pública, porventura o último grande exemplo da hidráulica portuguesa do século XX, mas tudo o que proporcionou e tudo o que proporcionará no futuro: o amplo e profundo conhecimento do território, do património arqueológico, do património natural, da ecologia humana, traduzindo campos de experiência e de inovação que importa continuar a avaliar, a aprofundar e a divulgar.

Mas há que resolver de vez o sentimento de culpa, que a muitos ainda condiciona o corte de árvores em terras abandonadas e o desmantelamento de uma aldeia já condenada a desaparecer, e, realisticamente, apreciar os ganhos.

A aposta ambiental e ecológica no novo contexto gerado pelas albufeiras de Alqueva e Pedrógão não pode ser adiada mas desenvolvida, até porque envolve a revitalização de espaços que, a prazo, estariam votados ao abandono humano. A visão estratégica do então ministro do Ambiente, José Sócrates, que, pela primeira vez, fez aprovar um Plano de Ordenamento de Albufeira antes mesmo de esta ser uma realidade, é

um ganho para o futuro que não pode ser desbaratado por novos interesses e novos localismos. Porém, o carácter vago e genérico das suas imposições, face à realidade agora visível e presente, torna óbvia a necessidade da sua revisão e indispensável a sua avaliação urgente, antecipando pressões e prevenindo a garantia da qualidade da água e da sustentabilidade do projecto na sua globalidade, incluindo o quarto vector do desenvolvimento de Alqueva – o turismo.

Neste conjunto de lugares-comuns, não falar da vertente agrícola nem da energética parece ser uma provocação. Tanto mais que uma e outra seguem o seu percurso divergente, equilibradamente. Alqueva fornece energia à rede nacional, enquanto paulatinamente se constroem os canais da rede principal. Entre a EDIA e a EDP esgrimem-se interesses sem comprometer o objectivo principal, e a barragem cumpre uma parte da missão para que foi construída, neste primeiro ano de seca. Em contrapartida, serão precisos ainda mais dez anos para completar a infra-estrutura de rega. Nada que não fosse esperado. Mas algo que, obviamente, desespera.

No entanto, esse era o modelo de Alqueva. E por mais desesperante que seja, paradoxalmente, esse continua a ser o desígnio que muitos aí vêem apenas.

Hoje, no entanto, o paradigma é completamente diferente.

## XXIII

### Os desafios de sempre

Na sua nova metamorfose, o Guadiana demonstra a espantosa sabedoria de esconder as fronteiras que durante séculos geraram guerras e fizeram erguer fortes e castelos. A albufeira, produzida pelo paredão construído por portugueses, espanhóis e brasileiros, estreitou vizinhanças e aproximou definitivamente povos e culturas, cujos limites territoriais a extensão do lago não permite determinar ao certo.

Entretanto, em território nacional, os espanhóis reconhecem o valor da terra regada e avançam em novas conquistas, onde os portugueses, com a sua ignorância e insegurança, não arriscam. Apoiados pelo seu país de origem, andaluzes e estremenhos trazem consigo capacidade empresarial, conhecimento e vontade de vencer. Investem e criam emprego. Por isso, autarquias e trabalhadores agrícolas recebem-nos de braços abertos.

A criação de um banco de terras não resolverá por si só a criação de novos empregos na agricultura nem a inversão da tendência para o abandono da terra, se não for

acompanhada de um amplo conjunto de medidas que enraízem na formação profissional e na formação empresarial, no desenvolvimento e na promoção de tecnologias avançadas de produção agrícola, na selecção de culturas adequadas aos novos desafios do mercado e na sua disseminação e comercialização.

Pensar Alqueva, hoje, impõe um novo passo de gigante. Ao mito de ontem de um Alentejo agrícola de culturas regadas e mão-de-obra intensiva contrapõem-se abandono dos campos, a desertificação humana e o envelhecimento acentuado da população. Aos significativos investimentos em infra-estruturas e em equipamentos sociais concretizados pelas autarquias locais ao longo de três décadas não correspondem atracção de juventude nem suficiente massa crítica, nem desenvolvimento urbano. A concentração do emprego em serviços e acção social não se traduz em produção de riqueza. Um ténue investimento no ensino superior e politécnico trouxe fugazmente a esperança, durante escassos anos, de uma difusa luz ao fundo túnel.

Agora o Alqueva aí está. Não aconteceu ainda nada de verdadeiramente novo. A vinculação dum quarta vertente ao projecto – o turismo – não trará por si só as respostas há tanto tempo esperadas e de novo se impõe um forte apelo à imaginação e à vontade de todos nós.

Portugal inteiro contribuiu para o Alqueva. O Alqueva tem que retribuir esse apoio, constituindo-se como o espaço de excelência que o seu território lhe permite ser e que a história e a tradição dos seus lugares exigem que seja.

É preciso que se cumpra, com antecipação, a vertente agrícola e, para isso, para além da construção das infra-estruturas de rega é urgente investir naqueles que podem ser os agentes da transformação e criar novas mentalidades, «inventando» novos agricultores que não temam o risco mas que também contem com estímulos públicos para se reinventarem; é preciso concretizar novas políticas demográficas que, sem preconceitos, promovam a atracção de jovens para o interior do país, criem emprego diferenciado e ofereçam maior qualidade de vida, mais oportunidades culturais e educativas, melhores serviços de saúde e apoios sociais de proximidade de nível europeu.

Há cerca de três décadas, uma onda de quadros técnicos jovens movimentou-se de norte a sul do país e, muitos acreditaram que ficando ajudariam à mudança necessária no longo percurso para o desenvolvimento. Aconteceram transformações importantes em todos os domínios da vida social cuja irreversibilidade marcou o futuro. Assim foi, também, no Baixo Alentejo. O Alqueva trouxe uma nova oportunidade e dezenas de jovens licenciados, de alguma forma, decidiram não emigrar para as grandes cidades; outros regressaram ou vieram de novo.

Aqui souberam reconhecer vantagens que, não se traduzindo em salários elevados, representam indicadores de qualidade de vida compensadores quando comparados com níveis de satisfação possíveis nos lugares. No entanto, tal não é suficiente. E o Alqueva não basta!

## XXIV

### Para além do Alqueva

No Baixo Alentejo, o Alqueva por si só não basta: é preciso acrescentar vida às cidades e às vilas, não deixar as aldeias moribundas ou meros lugares de passagem accidental. A algumas destas, a vizinhança da albufeira traz novas oportunidades, é certo. Mas a revitalização das que lhes estão mais próximas não pode restringir-se à miragem que o turismo oferece. É necessário investir nas pessoas, na sua qualificação, e, também, na manutenção simultânea das actividades tradicionais ligadas à agricultura. Porventura seguindo novos caminhos – da agricultura biológica à associação de pequenos agricultores, rentabilizando investimentos comuns – o objectivo a perseguir deverá continuar a ser a requalificação do espaço rural e o bem-estar das pessoas.

Mas acrescentar vida às vilas e às cidades significa valorizar o carácter urbano da vida em comunidade. As famílias aspiram dum modo geral a que os seus filhos acedam ao conhecimento e escolham o caminho para o seu futuro livremente, sem os constrangimentos da interioridade. Os pais anseiam que os seus filhos tenham as melhores oportunidades de sucesso e, para tal, não se vejam obrigados a emigrar para as grandes cidades do litoral, a norte ou a sul do País. No seu íntimo, desejam que fiquem suficientemente próximos... e pensam no ciclo natural da vida, desejando que voem, sim, mas que um dia regressem a casa.

No entanto, ninguém permanece muito tempo numa cidade que não garanta oportunidades de emprego e bem-estar, de cultura e conhecimento, de aperfeiçoamento pessoal, de relacionamento urbano e comunitário.

Nada acontecerá por acaso ou à margem da vontade dos homens. Num mundo vasto e sem distâncias, nessa contradição aparente que as comunicações ultrapassam, em que a qualidade do que se faz começa a ser mais importante que a quantidade que se produz, é preciso traçar novos caminhos para o futuro, acrescentando ao Alqueva novos projectos que potenciem e justifiquem o seu desenvolvimento. Projectos inteligentes, projectos solidários, projectos que liguem o Alqueva ao mundo inteiro; começando por equacionar: o que temos nós que a Europa gostaria de ter também...? Para além da água,

que podem o sol, o espaço, a falta de gente, os lugares da história, a nossa cultura contribuir para isso?

E, enquanto Évora é cada vez mais Lisboa, Beja já não é só Beja. Beja é também o Alqueva e vai até Sines e a Odemira; num instante pode chegar à Andaluzia sem se distinguir bem a linha de fronteira.

Também o Alqueva é hoje um espaço sem fronteiras... a norte e a sul, e, também, a leste. O Alqueva já não é só uma grande barragem ou um sistema de infra-estruturas. Como diz um amigo meu, o Alqueva é um lugar onde um dia se virá para estar.

É preciso que as autarquias de Beja, do Vale do Sado à Margem Esquerda do Guadiana, do Pomarão à ponte da Ajuda se apercebam disso.

E, numa visão mais ampla, vejam o território como um espaço que une os homens em saberes e objectivos comuns, que rejeita egoísmos locais e valoriza os valores estruturantes das comunidades, enraizados na história e na cultura, formatados pela geografia, pelo ambiente natural e pela economia, mas também influenciados por novas relações de fronteira.

O Alqueva, ao afirmar-se como projecto estruturante do desenvolvimento, abrirá as mentes a novos conceitos em torno das identidades regionais neste lugar ibérico da Europa.

## XXV

Beja merece mais!

Há uns meses atrás, escrevia numa outra crónica:

«Enquanto, em serena atitude de espera e perigosa indiferença, os cidadãos aguardam as escolhas e adivinha-se um tempo de mudanças políticas. Qualquer dos partidos, mesmo a CDU, procurará apresentar novos nomes que protagonizem propostas eleitorais que o diferencie e distinga.

Até lá, provavelmente, cada um dos principais partidos concorrentes se mantém cautelosamente à espera de saber quem é o candidato do outro. O PSD, na expectativa de conhecer o candidato do PS, perspicaz na análise da conjuntura a favor de comunistas ou de socialistas, apostará num presumível vencedor e será, por certo, o último a definir-se entre um candidato fraco e um candidato forte.»

Entretanto, o Partido Socialista, de entre os vários que se perfilavam mais ou menos abertamente, escolheu, por fim, o seu candidato à Câmara Municipal de Beja.

Não é de hoje nem de ontem que o nome de Carlos Figueiredo surge no palco da nossa democracia, e mais concretamente no Baixo Alentejo. Em Évora, exerceu funções de presidente da CCRA (hoje CCDRA), mais tarde também no IFADAP, em Lisboa. Foi como director do Planeamento Estratégico da EDIA que, ainda em 1995, o conheci melhor.

Porém, não foi aí que o vi a primeira vez. Ex-militante do MES, desenvolvia a sua actividade partidária nas estruturas regionais do PS onde, com Luís Ameixa e muitos outros, teorizou sobre o Baixo Alentejo. Lembro-me perfeitamente de, em 1992, no dia em que eu regressava a Beja vinda do Zimbabwe, a pedido do meu marido que me esperava, «desembarcar» no salão da Cooperativa Lar para Todos, onde se desenrolava a sessão do Congresso do PS. Neófito naquele ambiente animado por diferentes listas concorrentes, acabei por assistir à eleição do presidente da Federação do PS na época. Sucediám-se, em concorrência, os discursos inflamados dos candidatos, quando, surpreendentemente, foram intercalados por uma intervenção muito lúcida que procurava em vão reposicionar a discussão nos caminhos para o desenvolvimento e nas oportunidades para o Baixo Alentejo.

Perguntei: «Quem é este?» Ao que me responderam: «É economista e professor em Lisboa numa universidade, foi do MES como o Sampaio, mas pertence aqui!». Um tanto confusa com a situação, exclamei para mim mesma: «Curioso!» Foi talvez com a lembrança desse dia que não me admirei quando o vi entrar, anos depois, pela porta da EDIA recém-constituída, ainda nas pequenas instalações da Rua da Barreira. Co-responsável na definição da missão daquela empresa, enquanto consultor, ali estava ele, a anunciar o regresso a Beja.

As opções que fez posteriormente levaram-no para Évora, depois para Lisboa, para trabalhar em áreas da sua competência, sempre empenhado no desenvolvimento regional. Durante estes anos nunca deixou de estar presente nos momentos importantes da política local, fazendo questão de fazer ouvir a sua voz nos meios partidários, em intervenções cívicas e, também, na autarquia de Beja, enquanto economista e co-autor do Plano Estratégico para o concelho.

Não sendo assim um recém-chegado, será antes um retornado a Beja. Tal como o candidato comunista. Com uma grande diferença: este corresponde ao perfil da personalidade que sugeri há uns meses atrás, e que hoje desejo ver à frente dos destinos da Câmara de Beja. Eram estes e são hoje, afinal, alguns dos seus traços de carácter e a visão política:

Natural de Beja;  
Que conheça e viva a cidade por dentro, mas saiba vê-la de fora sem ser de fora;  
Que a percorra sempre com prazer e disposto a surpreender-se;  
Com sensibilidade para cuidar das vilas e das aldeias com o mesmo cuidado e acuidade suficientes para perceber e atender às diferenças;  
Alguém capaz de se entusiasmar e vibrar com os desafios mais difíceis;  
Inteligente e brilhante, de tal modo que não tema chamar a si outros iguais;  
Que olhe nos olhos os outros e a qualquer um que precise saiba estender uma mão solidária;  
Alguém incapaz de desistir perante a adversidade e resista, resista sempre em nome de princípios de cidadania;  
Com ambição para transformar e para desenvolver;  
Com imaginação para agarrar o futuro;  
Para perceber a centralidade de Beja e compreender que aí se podem fazer decisões;  
Para assumir por inteiro a responsabilidade de liderar não apenas a cidade, o concelho, mas a região;  
Alguém que saiba arriscar e rasgar novas fronteiras.

Porque Beja merece mais!

## XXVI

### Voltando atrás com os olhos no futuro

Vive-se o presente em cada dia e, a cada passo, uma lembrança leva-nos para trás no tempo para logo, num fechar de olhos, termos uma visão de futuro.

É assim, mais uma vez, quando percorro as ruas da cidade. Um pormenor perturba a nossa noção do tempo: as casas fechadas e as lojas trancadas, apesar de vazias, chamam-nos à realidade, mas um inexplicável sentido de sobrevivência e de continuidade acaba por impor um pensamento novo, uma ideia de mudança, uma possibilidade, pequena esperança de outras oportunidades.

O Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Beja foi em tempos essa visão. Mas cedo demais se transformou em miragem. Hoje, de pouco ou nada vale, mas as



mensagens que deixou permitem ainda transformar esse plano de ilusões num programa de acção concreto, alicerçado na experiência do que não foi realizável e na consciência dos limites do possível.

A realidade social de Beja evoluiu, entre várias formas, no sentido de uma maior consciência social e de um mais cuidado espírito de cidadania.

Antecipado no tempo como muitos outros projectos, ancorado em princípios de afirmação de cidadania e de primado do interesse público, o insucesso do Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Beja tem muito a ver com a deficiente participação pública na sua concepção, a ausência de discussão pública organizada em torno dos seus conteúdos e propostas, a inexistência de um programa de financiamento das acções propostas, mas, também, com a limitação do poder discricionário do Município, que em muitas situações a sua aplicação envolvia, privilegiando a organização autónoma dos cidadãos por relações de vizinhança.

O abandono do centro histórico está indissolivelmente associado ao declínio de actividades tradicionais e do comércio local, ao envelhecimento progressivo da população residente e à degradação dos edifícios e dos alojamentos. O programa Polis trouxe a possibilidade de reabilitar os espaços públicos, numa intervenção superficial que, sendo *a priori* conceptualmente positiva, não foi estruturante de uma nova e desejável realidade urbana, dependente de factores sociais e económicos que ultrapassam claramente os seus limites.

Entretanto, a crescente curiosidade externa pelo Alentejo, a que não é estranha a procura do exotismo e de uma maior qualidade de vida urbana, explica a proliferação de agências imobiliárias e a sábia exploração das expectativas de proprietários ausentes na realização de capital em imóveis que já nenhum retorno proporcionam.

Podem ser conhecidos os elementos para o diagnóstico da situação. Mas, no momento em que se adivinham mudanças, será oportuno quantificar esses elementos e dimensioná-los numa operação de revitalização duma parcela da cidade que ainda pode ser, um dia, a sua melhor parte!

Bastará para isso que haja convicção e vontade política em primeiro lugar. Em segundo lugar, a capacidade para usar com sabedoria os instrumentos programáticos e de financiamento que hoje em dia estão ao dispor da administração autárquica. Em terceiro lugar, a visão estratégica para identificar e potenciar as parcerias possíveis no sector público e no sector privado.

Mesmo assim, há quem se interrogue sobre a valia de tal projecto para a cidade, considerando que o seu maior ganho está em investir nas periferias ou em novos espaços residenciais. Poucas pessoas se interrogam, porém, sobre a sustentabilidade das infra-

estruturas existentes ou sobre a economia inerente a todo o sistema urbano e que envolve também as redes de acessibilidade a bens e a serviços, jardins e espaços de lazer, dificilmente replicáveis em sucessivos anéis de crescimento habitacional desprovidos de um sistema orgânico que os ligue ao coração da cidade.

Pelo contrário, a reabilitação do centro passa pela sua densificação habitacional, só viável através da criação de mecanismos de atractividade, traduzidos na oferta de qualidade de espaços de habitar, ou seja, pela transformação criteriosa de grandes edifícios desocupados em complexos de alojamentos confortáveis e bem equipados, em estabelecimentos comerciais e serviços públicos qualificados, seguindo critérios de localização previamente programados. Mas, a par disso, é necessário dotar toda a área de infra-estruturas adequadas ao tempo e equivalentes às que existem na envolvente próxima; ou seja, o centro histórico tem de dispor de uma rede de iluminação compatível com a mais-valia dos seus espaços, tem de oferecer segurança aos cidadãos, tem de ver toda a rede de comunicações actualizada e permitir o mais avançado sistema de acesso à informação, enquanto o princípio de aplicação de energias alternativas no abastecimento público deverá ser paradigma da intervenção. Reabilitar o centro histórico na modernidade impõe a preservação patrimonial numa atitude cultural capaz de distinguir o essencial do acessório, introduzindo marcas de contemporaneidade e recusando a cópia e o pastiche como forma de intervir.

Determinar os custos é tarefa indispensável e, sem dúvida, todos os estudos de *marketing* urbano são desejáveis. Mas uma coisa é certa: se se pretender que Beja entre no mapa das pequenas cidades europeias, a pequena parte da sua área urbana que a liga à história da Europa é o seu centro. E para estreitar mais ainda esses laços, existem meios na Europa desde que haja determinação em Portugal.

Trata-se, certamente, de um objectivo ambicioso. Mas acredito ainda ser possível atingir.

## XXVII

Até onde vai a cidade?

Caminho a partir das Portas de Mértola e em poucos minutos aproximo-me do Melius; um pouco mais adiante, à entrada da última grande superfície, estou na saída de Beja para o Algarve. Acaba aqui a cidade.

Desta vez, da Praça da República, desço o Arco dos Prazeres e dirijo-me para a Rua de Lisboa. Continuo a descer até à Rua Infante D. Henrique e, aqui, hesito em continuar a pé. A visão, não muito distante, da rotunda e da escultura de Jorge Vieira (quero observá-la enquanto peão) desafia a mais alguns passos, enquanto me interrogo se não teria valido mais trazer o carro. À esquerda, a ruína da velha Metalúrgica Alentejana traz-me à memória que um dia a cidade acabava por aqui. Poderá este lugar vir a ser parte dela? Até agora, esta imensa área que se estende desde o gaveto tem sido como a ausência de cidade ou o contrário dela, espaço expectante de uma intervenção possível. Desejável também; que não sejam apenas investimentos imobiliários de curto prazo, e, para além disso, proporcionem uma mais-valia urbana, ambientes abertos à comunicação entre as pessoas, espaços de produção e serviços de escala compatível com espaços de habitação com qualidade.

Estamos quase às portas de Évora, ou Lisboa, tanto faz, e persiste uma indefinição do lugar. Mais abaixo, mesmo ao lado da Ermida de Santo André, vislumbro as escavações-mistério que prosseguem, sem anúncio de destino (o que não deixa de ser estranho, num lugar de património protegido), enquanto à direita continua, mais claramente, a reconstrução da estação de abastecimento de combustíveis... Nada antecipa o que, mais cedo ou mais tarde, irá marcar decisivamente este terminal da cidade... para além dos muros do Cemitério e da nova paisagem proporcionada pelas últimas obras do Polis.

Decididamente, começa a ser longe para regressar a pé. E, por isso, arrepio caminho, de regresso a casa, desta vez, em direcção ao Castelo.

Um olhar à distância sobre a esquerda traz a sugestão para novas caminhadas na direcção de Santa Maria, procurando outros limites da cidade, onde ela não acaba ainda... Entre a lembrança de outros percursos e a memória de discussões distantes no tempo, escolho um novo tema para uma futura crónica, que nos leve até aos Moinhos e à Estação Agrária, passando pelos terrenos de João Barbeiro e a Praça de Touros.

Vasta área sem rumo claro, onde se identificam locais pontuais de qualidade, desconexos entre si e comprometidos por extensos espaços degradados e de indefinido futuro. Mais uma área problemática que só se resolve se encarada como um todo em si própria e parte da cidade que com ela se completa.

Regresso a casa ainda a pé. Absorta nas visões de outro lugar e mal dando para reparar em pormenores, ponho-me a olhar o Largo de Santo Amaro e os muros «ornamentados» de contadores que o afastam do espaço de rua e dou comigo a pensar: «Tem que se fazer alguma coisa disto!»

O cansaço não impede que observe a incongruência do estacionamento na envolvente do Largo do Lidador e que, de algum modo, reconheça a dificuldade em encontrar alternativas.

Aqui está-se mesmo no centro e da plataforma do Castelo vê-se bem ao longe até onde vai a cidade!

## XXVIII

### Ainda a Ovibeja

Acontecimento maior na cidade, a Ovibeja merece referência especial nos sempre curtos 3 500 caracteres que me cabem nestas minhas modestas crónicas quinzenais.

Não falarei do que é, porque tal toda a gente sabe e sempre há quem escreva melhor do que eu o faria.

Prefiro falar do que representa. No contexto morno e sempre igual da nossa cidade, a Ovibeja tem sido o acontecimento do ano! Rara iniciativa de vulto, nesta, o município soube promover vontades e estabelecer parcerias com entidades regionais como a ACOS, verdadeiro agente dinamizador que foi capaz de transformar, em vinte anos, uma simples mostra de gado de uma decadente feira de Maio na maior feira agropecuária a sul do Tejo. Com o apoio do governo socialista, a Câmara de Beja teve a oportunidade de dispor de instalações definitivas com qualidade e de alargar o âmbito das realizações anuais proporcionadas pela Ovibeja.

A propósito, todos os anos, esta é ainda o motivo para pequenos melhoramentos, nos arruamentos, nas zonas ajardinadas, nas rotundas... Ainda não foi desta, porém, que a rotunda de Aljustrel ficou pronta!

Este ano, como já aconteceu em anos anteriores, a seca e a febre aftosa comprometeram oportunidades, mas não retiraram o brilho e a animação que trouxeram à cidade (que continua a carecer de espaços de hotelaria compatíveis). É certo que muitos vão e vêm, mas muitos outros poderiam pernoitar, dispusesse Beja de mais e melhores instalações hoteleiras, mais e melhores serviços de restauração. Serviços que, afinal de contas, não sobreviveriam com um acontecimento por ano!

Durante dez dias a cidade anima-se, mas depressa se cansa. Os estabelecimentos fecham, as esplanadas não abrem, a rotina da abertura do comércio ao público das 10 às 19 em dias úteis reinstala-se por mais uns meses. Até ao Natal.

Uma vez por ano a cidade sai à rua e as pessoas experimentam o prazer do encontro, estabelecem a rotina do convívio no local certo, vivem o entusiasmo vibrante dos grandes concertos de música *pop*.

Passam-se dez dias e, após o cansaço do dia seguinte ao último dia, começamos planos para o próximo ano. Voltou o espírito da feira!

Em vinte anos e mais do actual governo da cidade, esta foi a única grande ambição. Beja merece mais!

No início da década de 1990, um outro lampejo de ambição levou o município a promover, em Beja, um acontecimento de alcance nacional – a Exposição nacional de Arte Contemporânea. Iniciativa cultural de primeira importância, poderia ter não apenas tido continuidade em acções do mesmo âmbito, regulares, colocando Beja, por diferentes e elevadas razões, na rota dos acontecimentos nacionais.

E por aqui ficamos.

## XXIX

### Uma cidade às escuras

Em cada dia, em cada passagem, se multiplicam as oportunidades para um registo...

Numa noite que já anunciava o Verão, fui desafiada para um passeio no centro histórico e, numa revisitação do passado, dei comigo numa cidade às escuras.

Ténue luminosidade que sugere, sem dúvida, ambientes anteriores ao tempo da luz eléctrica, tempo em que as ruas eram, certamente, bem mais ruidosas e animadas.

Na escuridão atenuada pela Lua cheia, sempre presente, não se via viva alma; apenas os inúmeros automóveis, arrumados bem junto às casas, garantindo melhor vigilância em caso de assalto ou mais segurança no caminho até à porta. Mas não só: talvez também por preguiça dos donos de darem mais uns passos até ao parque de estacionamento mais próximo...

Mas serão estes, afinal, os sinais da presença humana na vizinhança?

No meu passeio nocturno, as ruas estreitas e tortuosas deixam, mesmo assim, ver através de inesperadas perspectivas e jogos de luz difusa, recantos tranquilos com tom de mistério que a insegurança acentua, visões de luzinhas longínquas em aldeias que de dia nem se vêem e que o nosso olhar surpreende.

Subitamente, interrogo-me sobre o que seria deste passeio agradável se não houvesse Lua. Porque não recriar a iluminação do centro histórico, dum ponta à outra? Como fazê-lo sem lhe retirar a magia? Alguém há-de fazê-lo um dia destes.

A presença invisível da gente que aqui vive traduz-se, porém, em raras remodelações cuidadosas e demasiadas dissonâncias gritantes, demonstrativas da indiferença ou da ignorância dum autarquia que há mais de vinte anos se inibe de usar os meios de que pode dispor para agir, recriando positivamente o espaço tradicional da cidade, incentivando os proprietários a reabilitar e os jovens casais a nele habitarem.

Em vez disso, opta por passar ao lado, malgrado a feliz iniciativa e entretanto já gasta do Prémio Espiga de Ouro, que propõe exactamente o contrário, prefere fazer que não vê engrossarem-se os cabos de telefone pendurados nas fachadas dos prédios, multiplicarem-se os fios de electricidade sem rumo certo, exibirem-se sem critério contadores para leitura exterior e caixas de correio em alumínio barato, substituírem-se caixilharias de madeira por alumínio de todas as cores, construírem-se varandas novas penduradas sobre a rua, novos vãos de janela de tamanho desproporcionado e fora de escala, ou ainda, como diariamente observo do postigo da minha porta, obras de pseudo-restauro em que se alteram as dimensões e o posicionamento de portas e janelas sem justificação que valha!

É estranho como os meus olhos vêem tanto o que tantos não querem ver...

Vivemos numa cidade às escuras.

Em vários sentidos, afinal.

XXX

### O concelho todo é uma cidade

A aldeia como núcleo coeso e auto-suficiente, distante da ideia de cidade, vai perdendo a razão de ser?

Alteradas as relações com a terra – a redução progressiva das necessidades de mão-de-obra que a mecanização introduziu na segunda metade do século XX – as novas gerações encontram na cidade as oportunidades de trabalho que ali são ausentes.

Nas últimas décadas, «a modernidade» chega às aldeias através da rádio e da TV, ainda antes da canalização da água potável e dos esgotos. A electrificação chega aos montes de forma irregular, em função da capacidade de pagar.

O urbanismo, no seu aspecto mais imediato, expresso nas vantagens da acessibilidade e das infra-estruturas comuns e na emergência de algum dinamismo

comercial, desenvolve-se lentamente e estabiliza, entretanto, numa angustiante marcha atrás.

As aldeias, que já não o são – porque cada vez mais dormitórios da cidade ou cada vez mais aglomerados de casas desertas – experimentam uma vida de ausência.

Mantendo, na generalidade dos casos, o equilíbrio formal dos seus espaços e volumes construídos, identificam-se com o lugar onde surgiram, as ruas entreabrem-se para a perspectiva certa dos campos que as envolvem e, dos grandes espaços da terra do senhor que a possuiu às pequenas courelas que dela se formaram, as aldeias sobrevivem na alma dos que lá vivem e na memória dos que de lá saíram e dos filhos e dos netos destes.

Com algumas excepções, num esforço tremendo de sobrevivência, uma iniciativa local com o necessário apoio da Comunidade Europeia avança e progride, graças à acção deliberada de modernização produtiva. Um projecto aqui, outro noutra lugar, aos solavancos, faz progredir aquele que arriscou; raras vezes esse progresso se traduz na comunidade no seu conjunto.

Por isso, não é demais afirmar que nos últimos vinte anos, nas nossas aldeias, pouco aconteceu de novo. As aldeias continuam sós, isoladas umas das outras, e as suas relações de vizinhança fazem-se cada vez mais e só com a cidade, enquanto aspiram cada vez mais a ser como ela.

Recuperar a identidade original é discutível, desnecessário e inviável. O mundo mudou. Venceram-se todas as distâncias. Em minutos percorre-se o mundo inteiro. As relações dos homens entre si e deles com a terra não são mais o que foram.

Nessa mudança existem oportunidades novas, complementaridades possíveis, recursos antes inexistentes. Por muito poucos que sejam, os jovens das gerações de hoje têm ao seu alcance a educação, o acesso à informação e ao conhecimento.

As aldeias, essas, passaram a ser os centros históricos do espaço rural e da cultura milenar da terra.

Olhá-las numa só visão, perceber-lhes as diferenças, as qualidades e as necessidades, permitirá encontrar o caminho para as valorizar e reabilitar, para estabelecer e intensificar as relações de vizinhança entre si e acentuar a sua comunicação com a cidade.

Num discurso programático consistente, importará perspectivar o papel dos aglomerados rurais no desenvolvimento económico concelhio, diversificar as intervenções de forma a promover complementaridades e potenciar infra-estruturas comuns.

Ao deixar de ser o núcleo coeso e auto-suficiente, a aldeia passou a ser parte da cidade – dormitório ou espaço de produção – e parte indiscutível da sua história.

Por outro lado, valorizar e reabilitar o centro histórico da cidade obriga a compreender as suas relações passadas com as aldeias. Uma vez que existe entre si um elo comum na história, a intervenção num lugar envolve a interpretação do outro.

Por isso, nas aldeias, a modernização passa também por valorizar a história local e o espaço urbano inserido na ruralidade que lhe é própria, urbanizando-o e densificando-o, sem comprometer valores ecológicos, ambientais, antropológicos e patrimoniais. E obriga, naturalmente, a acompanhar a evolução tecnológica da cultura da terra, potenciando as medidas de apoio aos agricultores na inovação e na adaptação a novos desafios, levando-os a arriscar, numa aventura colectiva de agarrar o futuro sem que a memória se perca.

### XXXI

#### Faltam as sombras e a água...

Embora prefira a graça e a surpresa de um passeio no centro histórico, não deixo de reconhecer nos vários lugares da cidade potencialidades para fazermos dela um melhor lugar para viver e trabalhar.

Existem ainda alternativas para impedir a continuação da irremediável destruição da paisagem urbana e das manchas verdes e húmidas, como tem vindo a acontecer ao substituírem-se vastas reservas de espaços potencialmente urbanizáveis por densas áreas edificadas sem critérios de qualidade urbana e ambiental.

Beja tem o sol. Muito sol. Uma luz intensa que é preciso saber usar, valorizar mas também limitar. Pormenor que distingue o arquitecto em relação a qualquer outro que intervém na cidade, pois aprende a interpretar os efeitos da luz nos edifícios e nos espaços, a controlá-la, a geri-la e a tirar partido dela. Nem sempre os regulamentos, por serem universais e absolutos e em nada terem em conta a especificidade dos lugares, permitem aplicar directamente esse saber e, por isso, fazê-lo exige sempre alguma sabedoria...

Mas o certo é que, em Beja, a prática urbanística recente não só ignora sistematicamente a importância de gerir a luz e o calor do sol, e até a brisa do vento, mas também, mais grave ainda, esquece linhas de água fundamentais e encobre nascentes; como há bem pouco tempo aconteceu na Quinta d'el Rei, onde, além disso, cada novo



plano que substitui o anterior mais densifica a construção privada sem contrapartida em espaços públicos, jardins ou simples espaços verdes abertos.

Num processo de engano permanente, limitado nas opções e motivado pela necessidade de habitação, o cidadão sujeita-se muitas vezes, sem se dar conta do risco, a comprar uma casa concebida num jogo de ilusão. Anos depois, quando abre a janela, foi-se a árvore, a prometida vista do campo, o largo para as crianças brincarem. No dia seguinte acorda com o rasgar da terra por uma retroescavadora. Interroga-se, grita, chama a vizinhança, mas não se ouve som. Talvez resolva um dia mudar de casa...

Beja precisa – com urgência para sobreviver como cidade – de ser pensada como um todo: só assim é possível agir localmente de forma positiva.

Não falemos no parque da cidade e da sua difícil manutenção nem no que resta da mata que é urgente salvar. Falemos antes do que é preciso fazer de novo, desde o Largo dos Duques ao Bairro da Esperança, das Alcaçarias e do Pelame, de Nossa Senhora da Conceição e do Alto dos Moinhos, dos Falcões e do Miraserra e de todos os outros que não foram ditos.

Porque a cidade é, também, os espaços oficiais, as vias e as infra-estruturas, a drenagem dos terrenos, o abastecimento de água e as redes de saneamento; porque a cidade é, ainda, energia e iluminação pública e, também, redes de telecomunicações modernas e eficazes em todos os lugares.

No conjunto das preocupações urbanas, é preciso incluir um novo conceito de ambiente urbano: jogo de sombras numa estrutura que interligue as várias zonas (muitas delas já existentes) e se prolongue, articulando espaços públicos, criando zonas de sombra que refresquem o ar quando este é quente e sufocante, e o amenizem quando é frio demais e gélido. Porque a cidade é todos os sítios e também todas as funções que nela se exercem: os espaços oficiais, os espaços de trabalho, os espaços de comércio, os lugares onde as pessoas permanecem e também por onde circulam.

Não serão precisos jardins públicos murados e reservados. Nem extensos relvados exigentes em água, nem pisos duros e impermeáveis de pedra. Bastam boas drenagens e caminhos macios e permeáveis, sombras abundantes em percursos que nos conduzam, protegidos, de um lado para o outro.

Mais carente um lugar do que outros, reconhecendo as diferenças, chegou o momento de reter um novo olhar sobre a cidade, descobrindo as suas linhas de água e recriando o seu perfil, disciplinando a ocupação do solo, avaliando as necessidades e as potencialidades de todos os lugares; concebendo, num todo coerente como não foi feito antes, uma estrutura de centros secundários e complementares, espaços urbanos, arborizados e frescos, interligados numa rede de equipamentos, de serviços e de zonas de

lazer, em percursos amenos e atraentes. E tendo presente que a cidade tem ainda que crescer.

Entre o que faz falta e o que se pode fazer, procuremos construir uma cidade melhor, com os cidadãos e pensando neles; não apenas hoje, em véspera de eleições, mas com os olhos no futuro.

Aos cidadãos fica o apelo para que participem e se organizem; e, como pessoas livres, exerçam a cidadania e vivam a sua cidade todos os dias.

## XXXII

### Beja só tem o sol

Nos últimos anos, a cidade mostrou-se mais preocupada com a aparência. Rotundas, esculturas e paisagismo, obras do Polis, são bons e maus exemplos disso mesmo.

Menos preocupada com a essência de si própria, Beja mantém o seu carácter rural, silenciosa e árida, quase vazia num espaço envolvente extenso a perder de vista, curiosamente presente em cada rasgo de rua na sua circular interior. Essa relação permanente com a planície e as variantes de cor ao longo do ano conferem-lhe uma graça particular em oposição à fragilidade urbana de uma cidade vazia de vida e carente de gente!

Ao fim-de-semana a cidade está deserta. Beja só tem o sol.

No calor abrasador do Verão, ao pisar a calçada e ao entrar no automóvel estacionado ao sol, invade-nos um enorme desejo de frescura! Fechamos então os olhos num respirar sufocante enquanto suspiramos por uma ligeiríssima corrente de ar que seja, pela ilusão de frescura num som de água em movimento, pela sombra tranquila de uma árvore que nos abrigue.

Nas ruas estreitas do centro histórico, a calçada emana um cheiro abafado e sujo, mas a sombra dos prédios uns sobre os outros, de tão próximos, protege-nos ligeiramente e deixa-nos, mesmo assim, espreitar o azul transparente e único do céu de Beja. Aqui não há espaço para jardins, mas pode haver sombras. Os largos, os becos e as praças rarefeitas de árvores são o espaço público. A Praça da República, o seu espaço maior, o mais quente e o mais frio, também não consegue fixar-nos por lá.

Fora da cidade velha, as ruas alargam-se, os prédios elevam-se, surge um jardim ou outro, as pessoas entrecruzam-se nas lojas e nos cafés com ar condicionado, as

sombras são mais raras ainda. O céu vê-se num azul inteiro e o sol invade por completo os sítios por onde andamos. Os automóveis conquistam todas as sombras.

De pouco valeram os ensinamentos de romanos e árabes, enterrados no solo ou encerrados na escrita. Não há fontes nem sombras nem jogos de água, nem parques nem bosques, nem lojas nem esplanadas, mercados cobertos e abertos ao mesmo tempo, lugares capazes de não nos fazer sentir numa cidade sempre adiada.

Além do parque urbano que, de tão novo, ainda nem teve tempo de se sentir que existe, nos últimos vinte anos construiu-se um pequeno Lago no Jardim do Tribunal e uma fonte na rotunda na entrada de Mértola. Nas periferias do centro histórico, só o Jardim Público e o «Jardim do Bacalhau» (ou, melhor dizendo, a Praça Diogo Fernandes) mereceram atenção suficiente; enquanto outros sítios, mesmo em lugar nobre como o Largo dos Duques de Beja, ilustram o abandono e o desleixo inexplicáveis a que foram votados. Sala de visitas da nossa cidade, faz-me corar de vergonha passar aqui ao domingo e ao fim da tarde, e todos os dias ver um quiosque abandonado, um pobre doente a dormir numa cama feita de caixas de papelão, canteiros desfeitos e sujidade dispersa numa calçada insegura.

No interior da cidade da década de 1960 resiste um ou outro espaço ajardinado; tal como no antigo Bairro Alemão, do qual espero se salve ainda a mata e onde ainda hoje nos surpreendemos com o desenho urbano que presidiu à sua realização; podem não abundar as sombras, mas elas estão lá, em galerias cobertas e em pequenas zonas concentradas de árvores; e onde não estão, haverá razão para isso, não inviabilizando a existência de belíssimas espécies de ciprestes criteriosamente implantados no lugar certo da paisagem urbana.

Nas áreas novas que desde 1980 deram à cidade a sua fisionomia actual, do Miraserra aos Falcões, do Alto dos Moinhos à Quinta d'el Rei; neste não se vêem jardins ou parques, por vezes nem sequer árvores nas reduzidas áreas de estacionamento.

Um pouco por todo o lado, os automóveis amontoam-se e escolhem muitas vezes o passeio para aproveitar melhor a sombra de um prédio mais alto ou da maior copa de uma árvore.

Com todos estes atropelos e incongruências urbanísticas, salvo raras excepções, a cidade tem contido o volume das suas construções. É preciso que o governo da cidade cuide em doravante intervir localmente com mais qualidade, rigor e critério, sem perder de vista o conjunto das questões e as diversas perspectivas em que devem ser abordadas.

Apesar de tudo isto, eu gosto da minha cidade. Não desistirei facilmente de contribuir criticamente para que se torne um melhor lugar para se viver. Com todo o sol que já tem.

### XXXIII

#### Inventemos o azul Guadiana

Chama-se assim porque, entre praias fluviais, barragens, hidroeléctricas e estações de tratamento de águas, o rio se fez parque de férias, espaço de passeio e lugar de veraneio.

Passados os tempos de ouro do vinho do Porto, num novo conceito de valorização económica da navegabilidade fluvial, barcos de diferentes tamanhos e idêntico traçado para diferentes grupos de centenas de pessoas, da meia centena às 300, impõem a presença sobre meia dúzia de outros de menor porte, pequenos e grandes iates; um ou dois barcos rabelos transformados em objecto turístico, variadíssimas motos de água em rodopios e corridas, todos, no conjunto, animam as águas tranquilas do Douro.

Além da comida de rancho servida a bordo, os legumes congelados e as frutas tropicais comprados no «modelo» de Belmiro de Azevedo qualificam a mediocridade gastronómica em hotéis e casas solarengas da rede de pousadas – pouco confortáveis e exibindo um gosto passadista num revivalismo monárquico de mau gosto... Valem-nos a paisagem, as vendas de frutos e frescos à beira da estrada e a boa confecção da cozinha de um restaurante na Régua, aliada à enorme simpatia das pessoas.

Num ambiente fortemente marcado pelo homem em anos recentes, a Natureza afirma toda a sua grandeza, em momentos de espectacular beleza, entre o Porto, Entre-os-Rios e a Régua. As grandes obras de engenharia das barragens e o seu engenho de ovo de Colombo que nos permite viver a aventura de descer 75 metros e mais outros 15 na altura do rio, ao fundo das barragens, os novos cais e a nova arquitectura de algumas casas, a reminiscência de belos solares e das adegas do vinho do Porto em toda a sua complexidade, ilustrativa da capacidade do homem de recriar a paisagem, são boas memórias que nos deixa a descida do rio e a viagem inversa de comboio, ao longo da margem direita.

Por seu lado, as estações de caminho-de-ferro evidenciam obras recentes em todos os seus aspectos e, na generalidade, ostentam uma boa imagem de coexistência entre as obras do passado e as do presente, que perdurarão, com certeza, no futuro das nossas lembranças; sentindo-nos no século XXI pelo conforto dos pisos e do mobiliário urbano, da segurança das instalações e dos equipamentos mecânicos, as memórias do passado

intencionalmente deixadas visíveis enriquecem a experiência de reencontro com a nossa cultura.

Passo por aqui... e recordo, imaginando, o Alqueva. Por oposição ao Douro, o Guadiana só no Alcarrache se encaixa e contrai. Em toda a extensão da albufeira, o rio se fez um lago de imensas proporções, penetrando suavemente na terra de colinas suaves e formando pequenas ilhas quase rasas. Não se vêem casas. Só muito raramente: um monte aqui e outro mais adiante, recentemente «composto», por vezes amaneirado na sua reabilitação por um recente proprietário lisboeta ou nortenho. Uma ou outra construção abandonada, porventura perdida no esquecimento. Sobressaem as fortalezas: Monsaraz e também Mourão, surpreendente no seu enquadramento.

Perto do Alqueva e de Monsaraz, donde vêm mais sinais de mudança, surgem os barcos a motor e as regatas, os primeiros barcos de recreio, não se sabe bem se privados ou públicos, em visitas oficiais ou oficiosas, passeios de domingo. Ainda nada muito comercial. Ainda tudo relativamente sob controlo. Há, porém, quem não receie falar já em sonhar com um Alentejo algarvio ou com barcos-hotel e motos de água, como ícones máximos do progresso!

A experiência vivida no Douro traduz-se em imagens boas e más, e não é difícil visualizar o que gostaríamos de ver e não ver, aqui mesmo, no Guadiana contido pela barragem de Alqueva.

Na auto-estrada do sul são já frequentes os atrelados com barcos, a par dos atrelados com cães de caça. Para além das cidades e das vilas históricas, o Alentejo dos montes e das aldeias, da gastronomia e da tranquilidade, mais agora com o seu lago imenso, passou a ser um destino turístico.

A especulação imobiliária tomou conta do terreno. Tanto mais quanto mais próximo das águas tranquilas das albufeiras.

Potenciar as oportunidades da nova realidade do território trazida pela água é inquestionável. Fazê-lo com rigor e numa cultura de sustentabilidade ecológica já não vai ser fácil.

A tentação para reproduzir directamente nesta realidade específica experiências de outros lugares constitui um caminho imediato com resultados duvidosos. É preciso perceber o que existe para além da água, dos monumentos e das casas apalaçadas, das vilas adormecidas e das aldeias brancas desertas: um mundo rural em letargia profunda que o regadio vem animar, não se sabe ainda quando nem quanto e onde a mão-de-obra imigrante é mais visível e ágil; mas, também, onde o turismo é panaceia para iludir autarcas e fonte de grandes equívocos.

Sem agir com passos seguros e urgentes na transformação do mundo rural assumindo a sua distinção e as suas fragilidades, investindo nas pessoas em primeiro lugar, dificilmente poderemos imaginar o Guadiana azul.

Será apenas o rio transformado em mar, num território deserto de gente, pontuado por albufeiras e dividido por canais da água que poucos prezam e muitos reclamam e de que mais ainda dependem.

Beja tem o seu desenvolvimento indissociável do êxito do Alqueva. As perspectivas de sustentabilidade da sua economia regional fundamentam-se no progresso dos projectos agendados e na antecipação da sua execução para um horizonte próximo. Falamos de investimentos exclusivos do Estado. Mas não poderá ser assim. Nem tão-só.

Nem tão-só nas infra-estruturas do regadio como também em medidas ambientais, na valorização do património cultural e edificado, na requalificação do espaço rural e dos seus aglomerados ribeirinhos, habilitando-o a novas funcionalidades e fortalecendo a coesão social.

A água da albufeira do Guadiana já é azul na sua imensidão de lago. Poderá ser mais azul ainda se, com todas as diferenças de pontos de vista, mesmo assim quisermos que assim seja.